

**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

MÁRCIO LUIZ GUSMÃO COELHO

**EGRESSOS DO PROGRAMA RIBEIRÃO CRIANÇA (SP): capital
cultural, mudança de habitus e mobilidade social**

Ribeirão Preto - SP
2023

MÁRCIO LUIZ GUSMÃO COELHO

**EGRESSOS DO
PROGRAMA RIBEIRÃO CRIANÇA
(SP): capital cultural, mudança de
habitus e mobilidade social.**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. Gleidson Gomes

Ribeirão Preto - SP

2023

Ficha Catalográfica

COELHO; Márcio Luiz Gusmão

EGRESSOS DO PROGRAMA RIBEIRÃO CRIANÇA (SP): capital cultural, mudança de habitus e mobilidade social

Ribeirão Preto: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas: 98

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Prof. Dr., Gleidson Wirllen Bezerra Gomes

MÁRCIO LUIZ GUSMÃO COELHO

EGRESSOS DO
PROGRAMA RIBEIRÃO CRIANÇA
(SP): capital cultural, mudança de
habitus e mobilidade social.

Dissertação apresentada ao
curso Maestría Estado Gobierno y
Políticas Públicas da Faculdade
Latino-Americana de Ciências
Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em 19 de julho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Presidente da Banca(orientador) Prof. Dr., Gleidson Wirllen Bezerra Gomes

Profr^a Ma. Elisa Gonçalves Rodrigues/naverrâncias/UFGA

Prof^a Dra. Beatriz Martins Moura/ FLACSO

Ribeirão Preto
2023

Dedicatória

Esta dissertação é dedicada ao meu amigo Paulo Ramos, criador e coordenador do Programa Ribeirão Criança, e a todas as crianças e todos os adolescentes egressos dos projetos de música do mesmo programa.

Agradecimentos

Agradeço ao Partido dos Trabalhadores, por sua política de formação e pela oportunidade de ampliar meu capital cultural.

Agradeço à Fundação Perseu Abramo por me proporcionar, por meio de uma bolsa, cursar esta *Maestría Internacional*.

Agradeço ao companheiro Vílson Oliveira (*in memoriam*) por me indicar o caminho para aprofundar meus estudos sociais.

Agradeço ao Bruno Cuer pela primeira fase de orientação e por facilitar meu contato com a obra de Pierre Bourdieu.

Agradeço a todos os professores e coordenadores da FLACSO.

Agradeço ao professor Gleidson Gomes pela orientação e pela liberdade na construção desta dissertação.

Agradeço aos egressos entrevistados por solicitamente terem aceitado meu convite.

Agradeço à minha companheira Ana Favaretto e à minha filha Yara Coelho por não terem permitido que eu desistisse da empreitada.

Resumo

A presente dissertação buscou jogar luz sobre a atuação do Programa Ribeirão Criança, que ocorreu no início da década de 1990 e no início anos 2000. Nos anais das atividades culturais do Partido dos Trabalhadores, embora a cidade tenha se destacado no que diz respeito a atividades culturais, Ribeirão Preto é muito pouco ou quase nada citada, mesmo o Programa Ribeirão Criança tendo recebido o Prêmio Criança e Paz, do UNICEF. Para isso, busquei apoio na teoria bourdieusiana, mormente nas noções de campo social, habitus, capital cultural e arbitrário cultural, de modo a demonstrar que a aquisição de capital cultural, em determinado grau, pode ser facilitador de geração de prestígio social, que resulta em mobilidade social, que, conseqüentemente, promove bem-estar individual ou coletivo.

Foi objetivo do presente trabalho, também, facilitar o contato com a obra de Pierre Bourdieu cujo desenvolvimento das noções, propositalmente, é feito de maneira a complicar a compreensão dos iniciantes.

Entrevistei apenas quatro egressos do Programa Ribeirão Criança, fato que não me permite generalizar os resultados obtidos, mas, aponta para as mesmas conclusões a que chegou Pierre Bourdieu, no final da década de 1960, na França, isto é, o capital cultural, no que diz respeito a prestígio social, é correlato ao capital econômico.

As entrevistas com os egressos do Programa Ribeirão Criança demonstraram que, a partir da ressignificação do *habitus* dos entrevistados, impulsionada pela participação nos projetos de música, todos apresentaram, relevante mobilidade social.

Palavras-chave: Capital cultural; arbitrário cultural; *Habitus*; Programa Ribeirão Criança; PROTECH.

Abstract

This dissertation sought to shed light on the performance of Ribeirão Criança Program, which took place between early 1990 and 2000. In the beginning of the cultural activities of Partido dos Trabalhadores (PT), although the city has stood out in terms of cultural activities, Ribeirão Preto is little mentioned, or not at all, even though the Ribeirão Criança Program has received the UNICEF Child and Peace Award. To help with this thesis, I searched support in Bourdieusian theory, especially in the notions of social field, habitus, cultural capital and cultural arbitrary, in order to demonstrate that the acquisition of cultural capital, to a certain degree, can simplify the generation of social prestige, that results in social mobility, which, consequently, promotes individual or collective well-being.

The objective of this work was also to facilitate contact with the work of Pierre Bourdieu, whose development of notions is purposely done in such a way that complicate the understanding of beginners.

I interviewed only four graduates of the Ribeirão Criança Program, a fact that does not allow me to generalize the results obtained, but points to the same conclusions reached by Pierre Bourdieu, in the late 1960s, in France, that is, the cultural capital, regarding to social prestige, it is correlated to economic capital.

Interviews with graduates of the Ribeirão Criança Program demonstrated that, based on the redefinition of the interviewees' habitus, driven by participation in music projects, all of them showed relevant social mobility.

Keywords: Cultural capital; cultural arbitrary; Habitus; Ribeirão Criança Program; PROTECH

Sumário

1. Introdução.....	10
2. Cap. 1 - Apontamentos sobre conceitos bourdieusianos.....	11
1.1 Campo.....	11
1.2 <i>Habitus</i>	21
1.3 Capital.....	31
1.4 Capital cultural.....	35
1.4.1 Capital cultural incorporado.....	38
1.4.2 Capital cultural objetivado.....	39
1.4.3 Capital cultural certificado ou institucionalizado.....	39
1.5 Arbitrário Cultural.....	43
3. Cap. 2 - Antecedentes do “Ribeirão Criança” e as políticas públicas: o PROTECH e as habitações da rua das tecnologias. Do Planejamento de Governo e Política Social.....	49
2.1 Do Planejamento de Governo e Política Social.....	49
2.2 Surge a Vila Tecnológica e a Rua das Tecnologias.....	53
2.3 Pacto de Ribeirão Preto Pela Infância – 1993-1996.....	55
2.4 Segunda administração petista em Ribeirão Preto – 2001-2004...58	
2.5 Estrutural e estruturante.....	61
2.6 Arbitrário cultural.....	63
4. Cap. 3 - Mobilidade social e mudança de <i>habitus</i>: os egressos do Programa Ribeirão Criança.....	65
3.1 Dados e análises.....	68
3.2 A experiência com o Programa Ribeirão Criança.....	83
3.3 Impacto do Programa Ribeirão Criança na vida profissional.....	85
5. Considerações finais.....	88
6. Referências Bibliográficas.....	92

Introdução

Embora já fosse possuidor de título de mestre e doutor em linguística, na área de concentração semiótica, por causa de meu relativamente recente envolvimento com a política partidária (Desde 2016 sou secretário setorial de cultura do PT de Ribeirão Preto - SP) e da pretensão de me candidatar a vereador, decidi tentar conseguir a bolsa oferecida pela Fundação Perseu Abramo para cursar “*Maestría em Estado, Gobierno y Políticas Públicas*”, pois acredito que cada vez mais o Partido dos Trabalhadores tem de lançar candidatos bem preparados no que diz respeito a conhecimentos de ciência política, políticas públicas e sociologia. Em resumo: a despeito de sair em desvantagem na disputa, pois a Fundação priorizou filiados do partido que não tivessem mestrado, consegui a bolsa e cá estou apresentando minha dissertação.

Tinha pouco conhecimentos de teorias que envolvem a política, portanto, para mim, foi de grande valia estudar sobre o feminismo, racismo, planejamento de governo, constituição do Estado, renda mínima, sociologia, dentre outras áreas. Não tivemos uma disciplina, tampouco uma aula, sobre a teoria bourdieusiana, mas, ao entrar em contato, por meio de um item bibliográfico, com a noção de “capital cultural”, erigida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, tive a certeza de ter encontrado uma teoria com a qual trabalharia nessa nova empreitada.

Esta dissertação tem como objetivo discutir a política pública de cultura à qual se inscreve o programa “Ribeirão Criança”. Em Ribeirão Preto, durante as duas gestões petistas – de 1993/1996 e de 2001/2004 – o governo criou e geriu o Programa Ribeirão Criança, que entre outros atributos, foi merecedor do Prêmio Criança e Paz, do UNICEF. Este trabalho busca demonstrar a relevância do Programa “Ribeirão Criança” para o município de Ribeirão Preto, que foi uma das primeiras cidades paulistas a serem administradas pelo Partido dos Trabalhadores, para, por fim, examinar a influência do capital cultural na mobilidade social de crianças e adolescentes clientes do Programa.

Meu interesse foi investigar o seguinte: Qual foi o impacto na vida social e profissional dos alunos que frequentaram as oficinas de música do Programa Ribeirão Criança, em especial, os projetos Toque da Lata e Banda na Praça?

Do ponto de vista da sociologia bourdieusiana, meu objetivo geral foi investigar se realmente a participação no Programa Ribeirão Criança representou alguma modificação ou resignificação do *habitus* do público atendido, além de verificar qual foi o impacto do capital cultural na vida das crianças e adolescentes que foram participantes dos projetos Toque da Lata e Banda na Praça e se esses egressos atribuíam tal mudança, mormente do ponto de vista profissional e de mobilidade social, à sua participação no Programa.

Saliento que os conceitos bourdieusianos serão deslindados e expostos de modo a facilitar a compreensão não só dos propósitos da dissertação, mas, também, dos próprios conceitos, que se encontram distribuídos em obras de textos densos e pouco afeitos à inteligibilidade imediata.

Minha investigação, que tem caráter qualitativo, priorizou a triangulação entre políticas públicas, capital cultural e mudanças estruturais das condições de vida da população atendida.

No capítulo 1 busquei explicar as noções bourdieusianas campo, capital, capital cultural (e suas derivações), *habitus* (e suas derivações) e arbitrário cultural.

No capítulo 2 discorri sobre o Programa de Difusão de Tecnologia para a Construção de Habitações de Baixo Custo (PROTECH), que deu origem à Rua das Tecnologias, base do Programa Ribeirão Criança; sobre as ideias de Célia Lessa Kerstenetzky acerca da tipologia de políticas públicas, a saber, focalizadas, universais, finas e espessas, relacionando-as com as políticas de Estado e as políticas de mercado, com foco na justiça social; também sobre os fundamentos do Programa Ribeirão Criança.

No capítulo três, apresentei as oficinas de música do Programa Ribeirão Criança; as entrevistas seguidas da apresentação e da análise dos dados socioeconômicos e de estilo de vida dos egressos do Programa e de seus familiares ascendentes de primeiro e segundo grau.

CAPÍTULO 1

APONTAMENTOS SOBRE CONCEITOS BOURDIEUSIANOS

Iniciarei este capítulo apresentando os conceitos e suas definições extraídas do livro *Vocabulário Bourdieu*, um excelente elucidário organizado pelo professor Afrânio Mendes Catani (2017).

Noções como a de capital cultural e seus derivados; *habitus* e seus derivados; campo, arbitrário cultural e capital simbólico, dentre outras, nos ajudarão a compreender como foram determinados os gostos e costumes dos entrevistados; como as classes dominantes impõem sua cultura como a única legítima; qual é posicionamento dos entrevistados no campo da cultura; como se nos são impostos os distanciamentos sociais e como pode se dar a mobilidade social por meio da acumulação de capital cultural.

Dito isso, passemos a investigar alguns conceitos bourdieusianos.

1.1 Campo

O nome “teoria dos campos” nos remete a, pelo menos, três áreas, a saber, física, psicanálise e sociologia. Como não poderia deixar de ser, nosso objeto no presente trabalho é a “Teoria dos Campos Sociais”, construída pelo francês Pierre Félix Bourdieu.

Como se sabe, não é tão fácil encontrar definições de conceitos criados por Bourdieu em suas obras, portanto, louvo a iniciativa do professor Catani. Entretanto, devido, talvez, ao nível de abstração que a teoria bourdieusiana exige, não creio que um leitor iniciante na obra do sociólogo francês, apenas com a leitura do citado elucidário, seja capaz de compreender com significativa profundidade tais conceitos.

Sendo assim, além das definições dos conceitos selecionadas no *Vocabulário Bourdieu* com as quais iniciarei os itens desse capítulo, seguirão comentários resultantes de apontamentos de aulas, livros, artigos e outras fontes. Buscarei, também, não transcrever os verbetes em sua totalidade, mas somente os excertos que julgar imprescindíveis, sempre seguidos de paráfrases. Com isso, tenho a expectativa de facilitar a compreensão dos conceitos bourdieusianos, fundamentais para esta pesquisa.

O que seria exatamente um **campo**, do ponto de vista de Pierre Bourdieu?

Com sua teoria dos campos, Pierre Bourdieu pretendeu propor um modelo bastante geral para pensarmos nossas sociedades diferenciadas. “Nas sociedades altamente diferenciadas”, escreveu ele, “o cosmo social é constituído pelo conjunto desses microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis àquelas que regem os outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes: o campo econômico emergiu, historicamente, enquanto universo no qual, como se diz, ‘amigos, amigos, negócios a parte’, *business is business*, e do qual as relações - envoltas em encantamento - de parentesco, amizade e amor são, em princípio, excluídas. Pelo contrário, o campo artístico constituiu-se na e pela recusa, ou inversão, da lei do lucro material”. (CATANI, 2017, p. 64).

Este excerto deixa claro que: I. O tecido social (cosmo social) é formado por “retalhos” da sociedade (microcosmos sociais). II. Os campos (microcosmos sociais) são relativamente autônomos e todos têm mecanismos de funcionamento e regras que não se confundem com outros campos. Ao campo futebolístico é impossível aplicar a mesma lógica do campo jurídico, por exemplo: no campo jurídico, diferentemente do campo futebolístico, o acusado tem direito a um advogado de defesa, enquanto no campo futebolístico não há quem possa se contrapor à decisão de um juiz; ao jogador não é dado o direito do contraditório.

De acordo com o Vocabulário Bourdieu, o sociólogo francês construiu o conceito de campo a partir da combinação de conceitos de Durkheim e Weber. Embora Bourdieu tenha retomado inúmeras vezes o conceito de campo, seu entendimento se tornou difícil “pelas minúsculas inflexões que o conceito sofre por ocasião de cada utilização particular que Bourdieu faz dele” (CATANI, 2017, p. 64). Muito importante destacar que o campo não é um espaço físico, mas um espaço abstrato de atuação social.

A seguir, exporei explicações do conceito de campo feitas pelo professor Clóvis de Barros Filho, no curso “Meditações Pascalianas”¹, realizado pela Casa do Saber, em 2022, que citarei a partir de apontamentos de aula.

¹ Informações disponíveis em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLQ-hk_TNlx2vbmU_aonr5PkRm7jazWk. Acesso em: 29/06/2023.

Segundo Barros, campo é o orbital dos fenômenos sociais onde mais provavelmente conseguimos explicar as coisas. Se temos valores sociais, só conseguiremos explicar a gênese desses valores sociais a partir do campo específico em que esses valores valem. Por exemplo: para quem não atua no campo acadêmico, os valores acadêmicos não têm valor. Só nos campos os valores valem. Fora deles, os valores são difusos.

O campo, de acordo com o professor, é um espaço de dominação, de poder. É o instrumento sociológico legítimo para estudar o surgimento do certo e do errado. Nele, os valores decorrem de um processo de dominação e de imposição do interesse de uns sobre o interesse de outros. Convocando Jürgen Habermas, afirma que o espaço público é um espaço de convencimento, enquanto o campo é um espaço truculento de dominação.

A sociologia bourdieusiana trabalha com a ideia de “troféus”, que simbolizam consagrações, prestígios e/ou capital econômico que estão literalmente em jogo nos campos. Para que um sujeito possa acumular capital é necessário que trace uma estratégia, que, segundo Barros Filho, “é a articulação de meios e fins. Ações que passam pela sua cabeça e que têm como consequência imaginada uma aproximação dos troféus. Quem diz aproximação dos troféus diz ganho de capital específico do campo”. Sendo assim, estratégia é: i. Articulação de meios para a disponibilização de capitais para a aproximação progressiva dos troféus; ii. Acumulação de capital para a acumulação de capital; iii. Mobilização de energia para conseguir mais recursos; iv. É a organização dos próprios recursos com vistas a dispor de mais recursos. Sem que se esqueça que o capital só vale no orbital que lhe corresponde.

Seguindo o raciocínio do professor, os campos são espaços abstratos em que os agentes sociais articulam meios e recursos para obter troféus específicos. Todo campo social é um espaço de estratégias, porém, nem todas as estratégias são aceitáveis. O campo é que define quais são as estratégias válidas e prevê sanções para a heresia da estratégia indigna. No campo futebolístico, copiar um concorrente do troféu pode nos render prestígio, distinção, isto é, quando um jogador copia uma grande jogada de um jogador de grande prestígio, como o “elástico” – drible criado por Roberto Rivelino –, pode ser que acumule prestígio. No entanto, no campo acadêmico, copiar um concorrente é a maior das heresias, assim como ocorre no campo artístico.

Clóvis de Barros, então, segue elucidando a noção de campo social.

Se queremos compreender o comportamento de alguém na sociedade, saiba: a parte consciente e estratégica da nossa ação não é o mais importante, o mais significativo e o mais importante de ser estudado. A influência dos campos sociais sobre o nosso comportamento é muito mais significativa naquilo que não percebemos, não articulamos, não passa pela nossa consciência e não se traduz em estratégias².

A influência da sociedade sobre o nosso comportamento tem a sua mais sofisticada atuação naquilo que não percebemos. De acordo com o professor, querer reduzir a importância do pertencimento ao campo às estratégias que usamos para alcançar o que queremos alcançar “é ignorar o ‘filé-mignon’ da nossa vida social, da influência decisiva da sociedade sobre o nosso comportamento, que se dá para além da nossa consciência, da nossa estratégia, do nosso dar conta de”.

O campo é um espaço de diferenças e de dominação, portanto, tem dominantes e dominados. O dominante está perto do troféu e o dominado está longe, assim como Lula e o vereador de uma recôndita cidade brasileira. Para Bourdieu, as pessoas não se equivalem. O campo não é um espaço democrático, nem cristão, nem homogêneo, nem de igualdades.

Importante notar que Barros Filho introduz, aqui, a noção de troféu, que etimológica e literalmente trata do conjunto dos despojos do inimigo derrotado, como armas, bandeiras etc., expostos após a vitória, com o intuito de autopromoção e, conseqüentemente, de conquistar prestígio na comunidade. Do ponto de vista sociológico, não é muito diferente, como veremos melhor à frente. Todos os sujeitos, em campos determinados, estão em busca de troféus que denotam os mais variados interesses individuais, seja prestígio, capital econômico, capital social etc.

Dito isto, devemos nos perguntar: O que pode pretender o dominante (ou dominantes) dentro do campo, se ele já tem o troféu? Exatamente a conservação da sua condição, isto é, da sua posição no campo. Fernando Henrique Cardoso era um homem de esquerda, um social-democrata, até sentir necessidade de manter seu poder. O restante dessa história todos conhecemos.

² Idem.

E o que pode querer um dominado que aceita as regras do jogo do campo? Subverter o campo. Eis o fundamento da oposição conservadorismo x subversão. O campo é fundamentalmente a competição entre dominantes e dominados, isto é, entre conservadores e subversivos. Assim, ganha sentido a expressão “não largar o osso”, que significa não renunciar a alguma coisa que seja muito boa. Importante ressaltar que os termos conservadorismo e subversão, neste caso, não têm uma conexão direta com o significado usual na política, que também faz distinção entre conservadorismo de costumes e econômico. O que está em jogo aqui é a conservação da posição no campo e a luta para subverter a ordem estabelecida pelo próprio campo.

Clovis Barros de Barros filho teve a fortuna de ter sido orientando de Bourdieu e acompanhou seu curso no *Collège de France*. No Curso “Meditações Pascalianas”, ele afirma que o professor francês lhe emitiu o seguinte enunciado: “O interesse social transcende, e muito, o apetite orgânico dos corpos”. Sendo assim: “O campo será tanto mais estruturado quanto mais as posições sociais que o constituem independem das características particulares dos seus ocupantes provisórios”.

Não é difícil inferir que o posto a ser ocupado no campo é que é importante, os ocupantes são passageiros. Barros Filho exemplifica: “em geral, é a USP que empresta capital a um professor. Numa faculdade particular, em tese, quem empresta capital é o professor que tem acúmulo de capitais, inclusive aqueles adquiridos exatamente por ser ou ter sido professor da USP”.

Conclui o professor afirmando que “a perspectiva de ganho de capital simbólico é relativamente autônoma da existência orgânica dos corpos. O capital social transcende a vida orgânica dos corpos, supostamente detentores desse capital porque a nossa vida social dura muito mais do que nossa vida orgânica”. Isso quer dizer que, mesmo depois de mortos, podemos continuar interferindo no campo.

O curso de extensão “Breve Introdução ao Pensamento de Pierre Bourdieu”, oferecido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP e ministrado pelo professor Fábio Rodrigues da Silva, em 2021, foi de crucial importância, assim como o “Meditações Pascalianas”, para que eu pudesse ter uma noção geral da obra de Bourdieu. A partir de agora, tratarei da

noção de campo, eventualmente de outras noções, tendo como mediador Fábio Rodrigues da Silva e apontamentos feitos durante as aulas.

Silva apresenta a noção de campo, em tradução livre, a partir de uma citação do livro “*La production de la croyance*”, de Pierre Bourdieu.

O Campo é um local de energia social acumulada que os agentes e as instituições contribuem para reproduzir através das lutas nas quais eles tentam se apropriar dela e nas quais utilizam o que adquiriram em lutas anteriores.³

Importante ressaltar que classe, na teoria bourdieusiana, é um conceito absolutamente relacional e não é reduzido à questão econômica. As classes são recortes no espaço social e formam conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes. Esses agentes, se colocados em posições semelhantes e submetidos a condicionamentos semelhantes, têm todas as chances de ter disposições e interesses semelhantes, portanto de produzir práticas e tomadas de posição semelhantes. Tais condicionamentos fazem parte do conceito de *habitus*, que veremos adiante.

A noção de classe de Bourdieu tem pouca – ou quase nenhuma – relação com a noção de classe na teoria marxiana. Por exemplo: No campo acadêmico, pode haver a classe dos professores assistentes e a classe dos professores titulares. Já que tocamos no conceito de classes, que podem coexistir num mesmo campo, e na ideia de campo de lutas, considero importante abrir um parêntese para explicar a noção de doxa.

Doxa diz respeito aos pressupostos de um campo, isto é, a coisas que não precisam ser ditas, mas que funcionam e são efetivas dentro de um campo. Por exemplo: Em relação ao futebol, é quase impossível que alguém questione o fato de que quem faz mais gol ganha o jogo. É impossível que se questione isso, ou seja, a doxa do campo futebolístico, sem que se destrua o jogo. Os artistas, em geral, creem que o talento seja inato, mas Bourdieu questiona a doxa artística.

Portanto, na classe dos ortodoxos estão aqueles que defendem a doxa, e, na classe dos heterodoxos, estão os agentes que não só questionam a doxa

³ Informações disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=R5J-zXXn2aI&t=5915s>. Acesso em: 29/06/2023.

como tentam impor a mudança da doxa. Exemplo: Algum cantor que atue no meio do chamado “sertanejo universitário” pode questionar a “arte pela arte” e dizer que isso “está por fora, arte é para fazer dinheiro”.

É sabido que o ganho econômico é, em alguma medida, a finalidade da produção artística. No entanto, o tempo de circulação da arte comercial e produção da pretensa “arte pela arte” é diferente. A arte comercial é produzida para ser vendida imediatamente. A arte pela arte, demora para ser consagrada, mas, ao fim dos tempos, pode alcançar os mesmos trunfos financeiros, só que em tempo mais alargado. Só não podemos deixar sumir de nosso horizonte o fato de que, na teoria aqui utilizada, tudo é probabilidade e indeterminação.

A história do campo é a história da luta do e no campo, exemplo: quando o abstracionismo se estabelece, passa a ser presente e o impressionismo, passado. Para Bourdieu, o que ocorre no campo da arte é:

Conflito entre duas estéticas, a oposição entre as frações dominadas e as frações dominantes da classe dominante, ou seja, entre o poder cultural e o poder econômico e político. Os conflitos propriamente estéticos sobre a visão legítima do mundo, ou seja, sobre o que merece ser representado e sobre a maneira correta de representá-lo, são conflitos políticos (supremamente eufemizados) pela imposição da definição dominante da realidade e, em particular, da realidade social⁴.

O livro *Capital Cultural e Ensino de Arte: formação, concepções estéticas e práticas de consumo cultural*, da pesquisadora Janedalva Pontes Gondim (2017), foi de crucial importância para que eu começasse a me sentir mais seguro da teoria bourdieusiana, mormente no que concerne à noção de “capital cultural” - que veremos adiante com a ênfase que este trabalho exige -, mas também a muitos outros conceitos que até então se me mostravam confusos.

A autora, dentre os vários aspectos do campo já apresentados, chama a atenção para o fato de que os campos sociais – ou campo – têm estrutura própria, com um grau significativo de autonomia em relação a outros espaços sociais. Essa autonomia é corroborada pelo baixo grau de transportabilidade de capitais de um campo para outro, isto é, o capital acadêmico de um agente não é transponível para o campo artístico-musical, por exemplo.

⁴ Idem.

Nessa composição do espaço social, existiriam “campos” dos mais variados tipos, pois, para Bourdieu (1994), os campos sociais surgem como produtos de um longo e lento processo de especialização e de autonomia, sendo possível falar de campo econômico, campo político, campo cultural etc., e nesse aspecto, os agentes se distribuem no campo segundo o volume total de capital e de sua composição (GONDIM, 2017, p. 26).

A entrada de um agente em um campo exige certo volume de capital específico do campo, isto é, um agente só poderá adentrar ao campo artístico, ou em qualquer subcampo do campo artístico (musical, teatral, circense etc.), quando ele tiver certo volume de capital adquirido. Em outras palavras, um agente que queira participar do campo musical, um subcampo do campo artístico, tem de haver acumulado, no mínimo, conhecimentos acerca de como cantar ou tocar algum instrumento. Não há espaço no campo musical para aqueles que sejam apenas apreciadores da música. Depois disso, ele pode entrar no jogo e disputar as melhores posições no campo.

A partir da especificidade do funcionamento de cada campo, podemos verificar as relações de aliança e/ou conflito, de concorrência e/ou de cooperação que os agentes travam para conquistar posições e capital que estão distribuídos conforme o volume de capital específico no interior de cada campo (BOURDIEU, 1994, apud GONDIM, 2017, p. 26).

Para finalizar essa exposição sobre campo social, é importante reafirmar que, do ponto de vista de Bourdieu, o capital social não diz respeito apenas à sua forma econômica, mas a “todo o recurso ou poder que se manifestam em uma atividade social, seja *capital econômico* (renda, salários, imóveis – propriedade, de maneira mais geral), *capital cultural* (saberes, conhecimentos reconhecidos, em sua forma objetivada, incorporada e/ou certificada por diplomas e títulos) ou *capital social* (*relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação*)” (GONDIM, 2017, p. 26-27). Oportunamente, tratarei especificamente do capital cultural e abordarei sua forma objetivada, incorporada e certificada.

O conceito de *habitus*, de que tratarei, seguir, ajudará a compreensão daquilo que põe o agente social em movimento, pois, de acordo com Bourdieu, a prática social é resultante da relação entre *habitus* e campo. Decorre dessa relação que

o *habitus* contribui para determinar aquilo que o determina, ou seja, a preservação do campo, dos seus princípios de funcionamento e de organização, assim como, a reatualização dos antagonismos nele existentes (BOURDIEU, 1994, apud GONDIM, 2017, p. 27).

No livro Vocabulário Bourdieu, não há um verbete exclusivo para espaço ou campo social. Sendo assim, iniciarei essa parte do elucidário com as definições apresentadas por Clóvis de Barros Filho.

De acordo com o professor, um campo social – ou espaço social - é um espaço de posições sociais, ou seja, um espaço no qual agentes sociais ocupam posições sociais. As relações sociais estão à mercê das posições sociais daqueles que se relacionam. Importante ressaltar que o espaço social não é um espaço físico, é um espaço abstrato. Eventualmente, espaços físicos podem conter agentes de um campo de forma muito recorrente e intensa, mas isso é uma coincidência, pois as relações sociais podem se dar em qualquer lugar.

Portanto, as relações sociais não são geográficas, elas são simbólicas. Em geral, elas não têm relação com as posições geográficas. Assim como as distâncias sociais não mantêm relação alguma com as distâncias físicas. Por exemplo: Quando o chefe da empresa entra no elevador com a moça que serve café, a distância física não elimina a distância social. Outro exemplo são os encontros promovidos para diminuir as distâncias entre agentes de posições sociais diferentes, como o “café da manhã com o chefe”, que não passam de pura ilusão de diminuição de eliminação da distância social. O campo social é um espaço de posições e de distâncias, e “as distâncias simbólicas não se apagam colocando uma pessoa na frente da outra”.

De acordo com o professor, posição social “é aquilo que tudo o que você define é, e aquilo que só o que você define é”. Por exemplo: para definir “banana”, temos que dar uma definição que compreenda todas as bananas e dar uma definição que não inclua “pera”, ou seja, uma definição universal e própria.

Portanto, as posições são definíveis em relação às outras. A definição, portanto, é relacional. Por tautologia, uma coisa é o que o outro não é e vice-versa. Por exemplo: Um chefe não é definível por ele mesmo, mas só em função do seu subordinado. Como se define o norte? É aquilo que não é o sul e vice-

versa. Para situarmos o ponto X no universo, temos de relacioná-lo com outro ponto, como o Y.

Clóvis de Barros Filho nos informa que “um campo é um espaço de posições definíveis reflexivamente”. Essa reflexividade sempre ocorre a partir de eixos estruturantes do campo. Eixos em torno dos quais as posições ganham a sua simetria de reflexividade. Exemplo: direita e esquerda políticas. A partir do eixo direita esquerda, eu consigo aproximar ou distanciar. Se tenho claro que todo campo é estruturado e o que seja a oposição reflexiva direita x esquerda, percebo claramente, também, a oposição entre o PL (Partido Liberal) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

O campo jornalístico tem vários eixos. Um deles é jornalismo de massa x jornalismo alternativo. No concernente a veículos, podemos citar o eixo TV x Rádio.

Campos Sociais são espaços estruturados de posição. Todo campo tem regras, que podem ser jurídicas ou resultado de uma aceitação tácita, isto é, regras que não são oficiais, que não estão registradas, mas que são respeitadas por todos.

Seguindo o raciocínio do professor, compreendemos que o campo é paradoxal, isto é, é ao mesmo tempo arena de luta e de concordâncias. São espaços, ao mesmo tempo, de conflito, competição e de concordância implícita sobre o seu funcionamento. Portanto: todos os jogadores são responsáveis pela manutenção do jogo. São ao mesmo tempo competidores e defensores das condições de reprodução do jogo. Daí a ambiguidade de todo campo.

No campo, os agentes rivalizam e, ao mesmo tempo, quando necessário, se unem. Algo como a frente ampla construída por Lula e pelo PT para as eleições de 2022. O campo tem dupla dinâmica: enfrentamento e cumplicidade.

Importante salientar que todo campo tem os jogadores que estão jogando e os querem jogar, mas ainda não estão jogando. Bourdieu os chama de “pretendentes”. Clóvis de Barros Filho faz a seguinte analogia, imaginando um jogo de roleta: “As pessoas não estão jogando o jogo com a mesma quantidade de fichas. Essas fichas são chamadas de capital social”.

O professor Fábio Ribeiro da Silva, em seu curso supracitado, chama a atenção para um fenômeno denominado histerese, que é “a tendência de um sistema de conservar suas propriedades na ausência de um estímulo que as

gerou, ou ainda, é a capacidade de preservar uma deformação efetuada por um estímulo⁵.

Desse modo, “a histerese entre campo e *habitus* acontece quando ocorre uma mudança no campo, ou nas posições dentro de um campo, mas pessoas que têm certo *habitus* não conseguem gerar disposições adequadas a essa mudança”. Por exemplo: Se uma família muito rica perde seu poder econômico, o “certo” seria essa família mudar seus hábitos de alimentação, entre outros. No entanto, todos nós sabemos que esse tipo de mudança não se implementa de maneira tranquila e fácil.

Considero pertinente finalizar esse tópico com uma citação do livro de Janedalva Gondim, que, do meu ponto de vista, resume campo social e seu caráter relacional:

Por essa lógica, o espaço social poderia ser concebido como um “espaço dos estilos de vida”, cujos princípios de organização transformam práticas e, sobretudo, “maneiras” em “signos distintivos” (Bourdieu, 2007a, p.144), por meio do qual o *habitus* estabeleceria, perante esses esquemas classificatórios, o que é requintado e o que é vulgar, sempre de forma relacional, já que, por exemplo, “o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretencioso ou ostentatório para outro, e vulgar para um terceiro” (Bourdieu, 1996, p.22) (GONDIM, 2017, p. 26).

1.2 *Habitus*

Os conceitos de campo social e de *habitus* são de fundamental importância para a compreensão da obra de Pierre Bourdieu. Não por acaso iniciei esse, digamos, elucidário com tais conceitos. No presente trabalho, estão em relação o campo da educação e da arte e os subcampos da educação artística ou da arte-educação. A seguir, examinaremos a noção de *habitus*.

Em uma determinada estrutura de classe, as posições dos agentes sociais produzem sistemas de disposições chamados por Bourdieu de *habitus*. Tais sistemas são manifestados por meio de preferências e práticas, que exprimem posições e classes. Entretanto, muita coisa está em jogo quando falamos de “sistemas de disposições”, como: Que disposições são essas? O

⁵ Informações disponíveis em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/fisica/histerese-magnetica.htm#:~:text=Histerese%20%C3%A9%20a%20propriedade%20de,termo%20grego%20que%20significa%20retardo>. Acesso em: 29/06/2023.

habitus é mutável? Quem ou o que determina nosso *habitus*? *Habitus* é um conceito absoluto ou relativo?

É natural que confundamos o conceito bourdieusiano de *habitus* com o de hábito. No entanto, eles guardam pouca relação, a não ser no que concerne à causa e consequência, isto é, nosso hábito é consequência de um *habitus*.

É sabido que Pierre Bourdieu foi uma pessoa de origem simples e agrária. Clóvis de Barros Filho nos conta que sua maneira de escrever, empolada e de difícil penetração, é resultado de sua revolta por ter sofrido *bullying* quando chegou a Paris, não só por causa da sua origem, mas também pelo seu sotaque “caipira”.

O Vocabulário Bourdieu busca amenizar tal dificuldade de penetração na linguagem bourdieusiana, no entanto, mesmo assim, considero, como se poderá ver a seguir, que apenas com a leitura de seus verbetes as noções engendradas pelo sociólogo francês ainda mantêm um grau muito alto de impenetrabilidade. Começemos pela origem do termo:

Habitus é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na Escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada depois dos anos 1960 por Pierre Bourdieu para forjar uma teoria disposicional da ação. (...) As raízes do *habitus* encontram-se na noção aristotélica de *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre a virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta (CATANI, 2017, p. 213).

Segundo o vocabulário Bourdieu, a noção de *habitus* foi usada parcimoniosa e descritivamente por sociólogos da geração clássica como Emile Durkheim e Marcel Mauss, assim como por Max Weber, Thorstein Veblen e Edmund Husserl, que designava por *habitus* a conduta mental entre experiências passadas e ações vindouras, uma noção que se assemelha com a de hábito, generalizada por Maurice Merleau-Ponty. Outros pensadores também lançaram mão da noção,

Mas é no trabalho de Pierre Bourdieu, que estava profundamente envolvido nesses debates filosóficos, que encontramos a mais completa renovação sociológica do conceito delineado para transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo: o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização

da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente. (...) Bourdieu propõe que a prática não é nem o precipitado mecânico de ditames estruturais, nem o resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos; é, antes, “o produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus*, entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas” adquiridos numa prática anterior (CATANI, 2017, p. 214).

Nesse excerto do verbete *habitus*, os autores já deixam transparecer aquilo que mais tarde veremos de maneira definitiva, isto é, a relação entre indivíduo e sociedade na qual seu *habitus* é estruturado pelas relações sociais e seu comportamento - ou seria seu hábito? – ajuda a estruturar o *habitus* coletivo, daí “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, o rompimento do senso comum em relação à individualidade e objetividade, concluindo que as experiências passadas, na forma de *habitus*, funcionam como fontes da percepções, apreciações e ações individuais. O verbete segue:

Como história individual e grupal sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental, o *habitus* pode ser pensado em analogia com a “gramática generativa” de Noam Chomsky, que permite aos falantes proficientes de uma dada língua produzir impensadamente atos de discurso corretos de acordo com regras partilhadas de um modo inventivo, mas, não obstante, previsível (CATANI, 2017, p. 214).

A Gramática Gerativa - ou Generativa - de Noam Chomsky trata da competência linguística, isto é, da capacidade criativa dos falantes de formular e compreender frases inéditas. *Grosso modo*, a competência linguística é a capacidade do ser humano de aprender, não só a língua, mas também sua estrutura, de modo intuitivo. Ela explica a capacidade do ser humano de aprender qualquer língua natural, mesmo que tenha tido origem em outra cultura, por exemplo: uma criança pode ser nascida no Brasil, mas, se antes mesmo de aprender a falar for viver, digamos, na China, não terá dificuldade para aprender a falar mandarim.

Embora o Vocabulário Bourdieu faça essa aproximação, seus autores deixam claro que Chomsky designa uma competência prática, adquirida na e para a ação, operando no nível da consciência.

Segundo o Vocabulário Bourdieu, o *habitus* nos oferece princípios sociais e individuais. Sociais por meio da nossa capacidade de apreciação e julgamento, também de ação, como já vimos até aqui, advindas da sociedade e partilhadas por agentes submetidos a condições e condicionamentos similares, por isso podemos falar de *habitus* masculino, *habitus* nacional, *habitus* burguês etc. individuais “porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas” (CATANI, 2017, p. 215).

Porque é simultaneamente estruturado (por meios sociais passados) e estruturante (de ações e representações presentes), o *habitus* opera como o “princípio não escolhido de todas as escolhas” guiando ações que assumem o caráter sistemático de estratégias mesmo que não sejam o resultado de intenção estratégica e sejam objetivamente “orquestradas sem serem o produto da atividade organizadora de um maestro” (SP1, 256). (CATANI, 2017, p. 215).

Para o professor Clóvis de Barros Filho, o *habitus* é um conjunto de disposições para agir, socialmente explicáveis, socialmente construídas, e que não passam pela consciência de quem age. Isso é perceptível quando respeitamos as regras sociais sem precisar pensar em respeitar as regras sociais, isto é, quando agimos de acordo sem precisar pensar.

Segundo Barros Filho, costumamos “biologizar” as coisas das quais não conhecemos a origem. E quase tudo o que não sabemos de onde vem, geralmente vem da sociedade na qual estamos inseridos, isto é, dos espaços abstratos onde convivemos. Por isso, a determinação de nossas posições, de nossas práticas e gostos, a partir da leitura de Bourdieu, desloca a percepção social do âmbito biológico para o âmbito sociológico, assim o professor ironiza tal fenômeno: “No lugar de ‘sangue azul’, de convivência azul – ‘logo se vê que é filho de um Almeida Prado’ -, é o *habitus* que faz agir sem pensar em nada”. Um tenista não pensa para jogar, um violonista não pensa para tocar, um dançarino não pensa para dançar. Portanto, *habitus* é a atualização, isto é, a tradução em ato de saberes práticos incorporados ao longo de uma trajetória.

O tipo de ritmo de vida é o maior exemplo de atributo de *habitus*. Não é comum prestarmos atenção na cadência de vida, só o fazemos quando há falta. Sentimo-nos bem quando o nosso jeito de ser coincide com o de outras pessoas. É aí que o *habitus* de “Gavião da Fiel se torna sangue de gavião”, arremata o professor jocosamente. Haverá tantos *habitus* quanto os campos que considerarmos. A sociedade é feita de *habitus* social.

O professor Fábio Rodrigues da Silva, no citado curso “Breve Introdução ao Pensamento de Pierre Bourdieu”, aborda outros importantes aspectos do *habitus*:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer – (...) Mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes.

Quando Bourdieu fala em “esquemas classificatórios”, ele nos informa que, com esse tipo de dado comportamental, você pode classificar as pessoas. Nós vemos a sociedade de certa perspectiva e a dividimos a partir dessa perspectiva, portanto, de acordo com cada *habitus*, nossa classificação pode mudar. Segundo Fábio da Silva, “*habitus* é o jeito que fazemos tudo, em todos os âmbitos, ou seja, nossas disposições”.

Já dissemos antes que o *habitus* não é imutável, nem absoluto. De acordo com o professor, quem tem disposições para duas posições diferentes é possuidor de um *habitus* clivado⁶.

Fábio da Silva também chama a atenção para o *habitus dechiré*⁷, que é quando alguém é obrigado, por vários motivos a se comportar de maneira diferente do que sugere seu *habitus*. Por exemplo: um operário colocado na posição de comando tem simpatia por sua classe, mas tem de se comportar como membro de classe mais alta ou patronal. Isso pode gerar vários problemas, dentre eles, o “rasgamento do *habitus*”. Do mesmo modo, um fazendeiro tradicional que se adaptou à modernidade do agronegócio, pode ver seu filho desistir de herdar a fazenda, assim, ele terá seu *habitus* rasgado.

⁶ De acordo com o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, clivar, em sentido figurado, é “separar por categorias, tipos, planos e níveis.

⁷ Em francês, *dechiré* significa rasgado.

Segundo o professor Fábio, a histerese⁸ entre campo e *habitus* acontece quando ocorre uma mudança no campo, ou nas posições dentro de um campo, isto é, acontece quando agentes que têm certo *habitus* não conseguem gerar disposições adequadas a essa mudança, como o citado exemplo de uma família muito rica que perde seu poder econômico e deve se adaptar a um novo modo de vida, mas não consegue.

No modo bourdieusiano de pensar, a prática social é resultado da relação entre *habitus* e campo. Em decorrência dessa relação, o *habitus* contribui para determinar aquilo que o determina, ou seja, a preservação do campo.

Examinando o livro já citado da professora Janedalva Gondim, compreendemos que, para Bourdieu, não podemos entender o *habitus* como atitudes mecânicas dos indivíduos em um dado contexto. Na verdade, as ações individuais requerem mediações mais amplas, inseridas no âmbito da ética. O *habitus* age como um operador tácito ou “pré-reflexivo”, que “conforma e orienta a ação, mas, na medida em que é produto das relações sociais, ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram” (GONDIM, 2017, p. 15). Assim, Bourdieu define o *habitus* como

... sistema de disposição duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio operador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas, a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e do domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1994, p. 60-61, apud GONDIM, 2017).

De acordo com Gondim, Bourdieu compreende que cada classe de posições sociais corresponde a uma classe de *habitus*, isto é, um conjunto de princípios de visão e de divisão, geradores e classificatórios de práticas distintas pertencentes a um estilo de vida

Nessa compreensão, o *habitus* é visto como um princípio unificador e separador de pessoas, bens, escolhas, consumos, práticas etc. Aquilo que

⁸ A histerese é a tendência de um sistema de conservar suas propriedades na ausência de um estímulo que as gerou, ou ainda, é a capacidade de preservar uma deformação efetuada por um estímulo.

comemos, que bebemos, escutam, vestimos, fazemos e como fazemos organizam práticas diferentes que conferem distinção, que são princípios classificatórios de gostos e estilos diferentes de vida, indicam *habitus* de classe (Gondim, 2017, p. 29). Assim, Janedalva Gondim, convocando Bourdieu, afirma que:

Ao serem percebidas pelos agentes, por meio dos princípios da visão e de divisão engendrados por diferentes *habitus*, as **diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência sob a forma de sistemas de propriedades acabam se tornando também diferenças simbólicas, ou seja, distinções** (grifo meu). Então “o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, a capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gostos), é que se constitui **o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida**” (grifo meu) (BOURDIEU, 2007a, p.162, apud GONDIM, p. 29)

Seguindo essa lógica, podemos compreender o espaço social como um espaço dos estilos de vida nos quais os princípios de organização transformam práticas e modos de agir em signos distintivos. Assim, o *habitus* estabelece, diante dos esquemas classificatórios, aquilo que é requintado e o que é vulgar, de acordo com as relações estabelecidas dado que “o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretencioso ou ostentatório para outro, e vulgar para um terceiro” (Bourdieu, 1996, p.22 *apud*, Gondim, p. 29)

Economia das Trocas Linguísticas é um livro de Pierre Bourdieu muito importante que, de certo modo, estimulou o surgimento *Economia das Trocas Simbólicas*, que talvez seja o livro mais conhecido de Pierre Bourdieu e, certamente, o mais importante para os objetivos deste trabalho.

Em *Economia das Trocas Linguísticas*, no que concerne à *habitus*, o autor afirma que tem uma forte crença de que as instruções mais importantes para a determinação do *habitus* são transmitidas sem a linguagem como mediadora e sem passar pela consciência, por meio de “sugestões inscritas nos aspectos aparentemente mais *insignificantes* das coisas, situações ou práticas da existência comum” (BOURDIEU, 1982, p. 39).

Logo, a modalidade das práticas, as maneiras de olhar, de se apurar, de ficar em silêncio, ou mesmo de falar (“olhares

desaprovadores", "tons" ou "ares de censura" etc.), são carregadas de injunções tão poderosas e tão difíceis de revogar por serem silenciosas e insidiosas, insistentes e insinuantes. (...) O poder de sugestão exercido através das coisas e das pessoas é a condição de eficácia de todas as espécies de poder simbólico capazes de se exercerem em seguida sobre um *habitus* predisposto a senti-las. Por exemplo, ao anunciar à criança não o que ela deve fazer, por meio de ordens, mas o que ela deve ser, tal poder sugestivo faz com que ela se transforme duradouramente naquilo que deve ser. A relação entre duas pessoas pode ser tal que basta que uma delas diga que está frio para que a outra feche a janela. E, o que é ainda mais espantoso, basta a presença de uma delas para impor à outra (sem haver sequer necessidade de assim o desejar, e muito menos de ordenar) uma definição da situação e de si mesma (como se estivesse intimidada, por exemplo) tanto mais absoluta e indiscutível por não ter nem mesmo que se afirmar (BOURDIEU, 1982, p. 39).

No excerto acima, o sociólogo francês aponta um conceito que tem centralidade no presente trabalho, a saber, o poder simbólico, mas especificamente, a violência simbólica. No entanto, antes de Bourdieu abordar os aspectos simbólicos gerais da dominação humana, ele examina como se dá a violência simbólica no âmbito das línguas naturais e, de maneira perspicaz, deixa claro que os regionalismos verbais deixaram seu estatuto de diferenciação do uso da língua comum e passam a ser relegados a um modo desprestigiado do uso da língua. Afirma Bourdieu:

tais diferenças se encontram relegadas ao inferno dos *regionalismos*, das 'expressões viciosas e dos erros de pronúncia' que os professores corrigem. Reduzidos ao estatuto de jargões idiomáticos ou vulgares, igualmente impróprios em ocasiões oficiais, os usos populares da língua oficial sofrem uma sistemática desvalorização. (BOURDIEU, 1982, p. 39-40).

No capítulo "Espaço social e poder simbólico", do livro *Coisas Ditas*, Bourdieu discorre sobre a caracterização de seu trabalho.

Se eu tivesse que caracterizar meu trabalho em duas palavras, ou seja, como se faz muito hoje em dia, se tivesse que lhe aplicar um rótulo, eu falaria de *constructivist structuralism* ou de *structuralist constructivism*, tomando a palavra "estruturalismo" num sentido daquele que lhe é dado pela tradição saussuriana e lévi-straussiana. Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos - linguagem, mito etc. -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas

sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 1990, p. 149).

Como dito antes, segundo Clóvis de Barros, “tenderemos a ser feliz quando fizermos aquilo que se espera que façamos”, formulação explicável de maneira mais densa, por Bourdieu:

A lei que rege a relação entre as estruturas objetivas do campo (em particular, a hierarquia objetiva dos graus de consagração) e as práticas por intermédio do *habitus* – princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas de que é produto tal princípio – constitui apenas um caso particular da lei que define as relações entre as estruturas, o *habitus* e a prática, e segundo a qual as aspirações subjetivas tendem a ajustar-se às oportunidades objetivas (BOURDIEU, 2011, p. 160).

As disposições resultantes daquilo que Bourdieu (2011) chama de “*habitus* primário de classe” são constituídas por meio da interiorização “de um sistema objetivamente selecionado de signos, índices e sanções, nas palavras e nas condutas, de um sistema particular de estruturas objetivas, com vistas a operar objetivamente, ou seja, mais inconsciente do que conscientemente (BOURDIEU, 2011, p. 161).

Embora estejamos quase no arremate desta seção, creio que valha a pena apresentar uma definição completa apresentada pelo próprio Pierre Bourdieu, em “Economia das Trocas Simbólicas”:

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocaçãõ”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o *habitus*, sistemas de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas (BOURDIEU, 2011, p. 201-202).

Esse excerto deixa claro que Bourdieu rechaça a ideia de “talento”, “vocaçãõ”, “escolha” etc., que configurariam aquilo que chamaríamos de “tomada de consciência”. Ao contrário, o sociólogo francês afirma que tudo isso não são senão “disposições inconscientes” resultantes da internalização de estruturas externas que determinam “futuros” configurados externamente e

resultam em “esperanças” subjetivas. Em outras palavras, Bourdieu afirma que essas estruturas externas (objetivas) produzem práticas individuais (subjetivas) que não buscam senão o ajuste com as estruturas sociais objetivas e pré-determinadas, e que nossas práticas contribuem para a estruturação dessa conformação objetiva, daí o *habitus* ser estruturado, mas também estruturante.

De acordo com Bourdieu (2011), a escola, importante formadora de hábitos, promove aos seus frequentadores e àqueles que de alguma forma sofrem sua influência não exatamente de esquemas de pensamento individuais e/ou individualizados, “mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de ***habitus cultivado***”. (BOURDIEU, 2011, p. 211).

Bourdieu lança mão das ideias do historiador de artes Erwin Panofsky e nos mostra como o pensador alemão relaciona, como não poderia deixar de ser, o *habitus* à cultura, e como a escola é responsável por intervir de maneira quase violenta sobre o *habitus*.

(...) numa sociedade em que a transmissão da cultura é monopolizada por uma escola, as afinidades profundas que unem as obras humanas (e, evidentemente, as condutas e os pensamentos) têm seu princípio na instituição escolar investida da função de transmitir conscientemente e em certa medida inconscientemente, ou, de modo mais preciso, de produzir indivíduos dotados do sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados), o qual constitui sua cultura, ou melhor, seu ***habitus***, ou seja, em suma, de transformar a herança coletiva em inconsciente individual e comum: relacionar as obras de uma época com as práticas da escola, é um dos meios de explicar, não só o que elas proclamam, mas também o que elas traem, pelo fato de participarem da simbólica (sic) de uma sociedade (BOURDIEU, 2011, p. 346).

Desse modo, ao empregar o conceito de *habitus* para qualificar a cultura inculcada pela e na escola, Panofsky deixa claro que a cultura “não é só um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamento particulares e particularizados”, acima de tudo, a cultura é “um conjunto de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram, segundo uma arte da invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares.

1.3 Capital

De acordo com o Vocabulário Bourdieu, o conceito de capital foi tomado de empréstimo da economia, mas também foi radicalmente repensado por Bourdieu, desde o início dos anos 1960, na perspectiva de uma “economia geral das práticas”, que ele não deixará mais de aprofundar em seus trabalhos.

O processo que resulta na transmissão hereditária do patrimônio serviu de modelo analítico e permitiu Bourdieu estender a noção de “capital”, isto é, a zona de pertinência da noção foi ampliada, em particular, em relação à cultura (o que veremos com profundidade à frente), e, ao mesmo tempo, instaura uma redefinição profunda de tal noção, desmonetizando-a e apartando-a de qualquer viés utilitarista.

Um “capital” é um “recurso”, segundo o modelo do “patrimônio”, isto é, um estoque de elementos (ou “componentes”) que podem ser possuídos por um indivíduo, um casal, um estabelecimento, uma “comunidade”, um país etc. Um capital é também uma forma de “segurança”, especialmente do ponto de vista do futuro; tem a característica de poder, em determinados casos, ser investido e acumulado de modo mais ou menos ilimitado (CATANI, 2017, p. 101).

O verbete “capital” elenca e define alguns tipos de capital, os quais exporei a seguir, resumidamente, apenas para aprofundar um pouco tal noção, pois nosso foco será o “capital cultural”.

O **capital corporal** ou **capital físico** é “a escala do indivíduo biológico, o patrimônio genético, os estados físico e fisiológico de uma pessoa, num primeiro plano, e, além disso, a depender de fatores sociais, levando a ideia de um “capital corporal” ou “físico” individual, vinculado a diversas propriedades fisiológicas.

Os outros tipos de capital existem no estado objetivado - por exemplo, sob a forma de bens imobiliários ou de pertences financeiros que podem ser avaliados em determinado momento, graças aos preços do mercado ou de outras convenções de avaliação. Eles existem também no estado incorporado, sob a forma de disposições inscritas nos cérebros e nos corpos (e, nessa qualidade, dependem de uma forma alargada de capital corporal). Este segundo aspecto enfatiza o caráter social ou psicossocial das dimensões corporais do comportamento. Enfim, eles têm igualmente uma forma institucionalizada que remete ao direito e ao reconhecimento dos capitais por instituições. Um diploma, a carteira de habilitação, o direito de votar etc., são outras tantas formas

objetivadas, institucionalizadas, de um capital particular (escolar, técnico-prático etc.) (CATANI, 2017, p. 101).

A noção de **capital econômico**, segundo o Vocabulário Bourdieu, “corresponde a uma extensão da noção corrente de “patrimônio”. Ele é “naturalmente” avaliado em unidades monetárias, mas é também muitas vezes físico: terra, bens imobiliários, automóvel, equipamentos, “posses” diversas etc.” (CATANI, 2017, p. 102).

O capital financeiro é somente um dos componentes do capital econômico e, em geral, está associado a várias formas de bem-estar e vida confortável. Esse conforto é manifestado pelo tamanho das moradias; quantidade e qualidade dos meios de locomoção, que, em geral, são automóveis particulares, proventos e salários, dentre outras formas. Tudo isso não constitui, em si mesmo, um capital econômico, mas permite eventualmente constitui-lo. Todavia, são indicadores de posição econômica, logicamente, vinculado a outras formas de capital.

O **capital social** diz respeito a relações sociais, mas considerando essas relações como recursos possuídos por uma pessoa, uma família, e constitutivas de uma rede. É *grosso modo* aquilo que chamamos na atualidade de *network*, entretanto não diz respeito só a trabalho.

Ao estudar a solidariedade entre os fonemas, na obra do linguista Louis Hjelmslev, constatei que uma das acepções desse termo era “interdependência”, isto é, o som de um fonema, em geral, nada significa sem uma composição solidária. É quando o som do F se encontra com o som do A para significar o nome da nota musical Fá, por exemplo.

Não foi difícil transportar esse conceito para o âmbito social, isto é, constatar que vivemos em uma rede de interdependência, embora nem todos tenham a consciência de que o coletor de lixo, a empregada doméstica, o pedreiro e tantos outros profissionais desprestigiados dependem tanto do nosso dinheiro quanto nós dependemos de seu trabalho; dependem tanto da nossa oferta de emprego quanto nós dependemos da eficácia de seu trabalho; dependem tanto da nossa cordialidade quanto nós dependemos da sua gentileza. Portanto, ser solidário é ter consciência da interdependência humana.

Além dessa interdependência facilmente constatável, de acordo com as relações sociais de um indivíduo, sua vida pode ser mais ou menos facilitada.

Quando um pai empresário, além do capital econômico, tem o capital social alto, em geral, é mais fácil conseguir um emprego para o filho. Do mesmo modo, um indivíduo que seja ator e tenha amigos que trabalham numa grande emissora de TV, poderá ter seu acesso facilitado ao elenco de alguma novela. Ao passo que indivíduos com baixo capital social, isto é, que não tenham amigos ou conhecidos empresários, médicos, advogados, artistas etc. não terão a oportunidade de conseguir algumas facilidades que estão disponíveis para outros indivíduos.

O **capital simbólico**, por assim dizer, é resultante da conjugação de outros capitais, como o físico, o social, o econômico e o cultural. Não tocaremos no capital cultural no presente tópico, pois a ele dedicaremos um espaço mais alargado devido à sua importância para esta dissertação.

O capital simbólico, seja de um indivíduo ou de uma instituição, se define pelo valor que a sociedade lhe atribui. Portanto, está em jogo mais uma vez uma dimensão relacional e, principalmente, coletiva, já que o estatuto simbólico, em sua dimensão mais concreta, corresponde ao fato de ser “reconhecido” e “valorizado” (“considerado”, “apreciado”, “amado” etc.).

Tal reconhecimento assume formas mais ou menos institucionalizadas: pode-se integrar aí o estatuto reconhecido ao indivíduo como “cidadão” e os diversos direitos associados a qualquer estatuto, mas também — sobretudo, nos grupos dominantes — as condecorações, os títulos, as “honorarias” em geral. A exposição midiática está, por exemplo, na origem de formas particulares de capital simbólico que erigem indivíduos em personalidades públicas (os “*people*”, as “personalidades” etc.). No lado oposto, a discriminação ou a estigmatização (seja qual for a origem: cor de pele, posição na ordem das castas, deficiência etc.) são fontes de diversas formas de opressão que fortalecem os efeitos de dotações inferiores nas três precedentes espécies de capital. O capital simbólico está sempre associado as outras formas de capital. (CATANI, 2017, p. 102-103)

Os diferentes tipos de capital, como os apresentados acima, podem ser acumulados e/ou convertidos uns nos outros. Também podem ser transmitidos de geração em geração. Os modos de transmissão são muitos e, invariavelmente, dependem de contextos sociais que estabelecem as condições de seu valor social.

Uma parte importante das estratégias dos indivíduos e dos grupos visa manter ou estender sua dotação (absoluta e relativa) nesses

diferentes tipos de capital. No entanto, essas estratégias não são, em geral, estratégias de “maximização” conscientes e explícitas. Assim, o valor relativo dos diferentes tipos de capital torna-se, por sua vez, um fator de lutas simbólicas (CATANI, 2017, p.103).

O professor Clóvis de Barros Filho, por meio da oralidade, faz algumas considerações, no curso citado, as quais certamente, embora coloquiais, acrescentam muito à noção de capital apresentada acima.

Para Barros Filho, capital é o conjunto de recursos que cada jogador tem para disputar os troféus específicos do campo. A noção de troféus, que está em Bourdieu, é muito importante para compreendermos os objetivos de cada agente em determinado campo. Importante destacar que todo campo tem troféus.

Imaginemos um compositor de canções que, como não poderia deixar de ser, está no campo artístico, mais especificamente, no subcampo musical. Seus troféus podem ser vários: ter sua canção tocada nas rádios, ou na trilha de um filme ou novela, ou, ainda, gravada por uma cantora famosa, dentre outros. Para alcançar seus objetivos, ele terá, primeiro, que reunir condições de aceitabilidade no campo, isto é, ele precisa ser reconhecidamente um cancionista, um músico que domine o equilíbrio entre melodia e letra, caso contrário, ele nem poderá entrar no jogo.

Além disso, precisa de um capital cultural que o permita criar obras de prestígio, afinal, se ele não tiver conhecimentos – formais ou práticos – de sua língua natural e de música, não será capaz de criar canções que sejam reconhecidas como tal. O capital social também terá crucial importância para seus desígnios, pois não é difícil imaginar que não é fácil se aproximar de uma grande gravadora – as chamadas *majors* -, de um importante produtor ou de um diretor de cinema ou novelas. Uma boa rede de relacionamentos o ajudará sobremaneira na busca de seus objetivos.

Importante atentarmos para o fato de que cada campo tem capitais específicos. O capital do cancionista citado acima de nada serve, se o objetivo do agente for ser um juiz, isto é, buscar um troféu no campo judiciário. De acordo com Barros Filho, sempre que um agente tenta converter o capital de um campo em outro, ele paga um preço que pode corroer seus capitais.

Salvo algumas exceções, como Romário e Sérgio Reis⁹, por exemplo, em geral, não é fácil converter o capital esportivo e o artístico em capital político. Não são poucos os exemplos dos que tentaram e não lograram êxito. Mesmo nesses casos em que os agentes, de certo modo, conseguiram converter seus capitais, não é difícil perceber que seus capitais de origem foram corroídos, isto é, hoje, o capital esportivo - ou futebolístico - de Romário, se comparado ao seu capital político, está corroído, enquanto seu capital político está aumentando em concentração. O mesmo acontece com Sérgio Reis, só que em relação à música.

O valor do troféu de um campo só é completamente perceptível por quem joga. Não são poucas as vezes em que ouvimos alguém dizer que não vê graça em 22 homens correndo atrás de uma bola. Isso demonstra que há quem não veja valor algum em atuar no campo futebolístico.

As posições no campo só têm sentido em relação a outras posições, afinal o agente só poderá se sentir em uma posição superior, se houver outros agentes em posição inferior em relação a dele.

Importante ressaltar que o valor dos troféus só tem sentido na dinâmica do jogo, ou seja, os troféus alcançados na indústria fonográfica, no campo musical, por Chico Buarque, não têm valor algum num campeonato de futebol no Estádio do Politeama, seu campo de futebol, literalmente.

1.4 Capital Cultural

Chegamos ao conceito que serviu de estímulo e ponto de partida para a presente dissertação. Digo estímulo porque eu sempre havia desconfiado que um bom conhecimento da língua natural daria distinção ao falante, em nossa sociedade, e ponto de partida porque, quando consegui entrever, em breve passagem de um texto, que esse “capital linguístico”, que poderia dar distinção a um agente social, não era senão parte de um arcabouço muito maior e mais elaborado, chamado por Pierre Bourdieu de “capital cultural”, noção que, segundo o sociólogo francês, rivaliza, no concernente a prestígio social, com a noção de “capital econômico”.

⁹ Jogador de futebol e cantor, respectivamente, que se lançaram na política.

Esse pequeno preâmbulo tem por objetivo precípuo alertar o leitor para o fato de que este subcapítulo será acometido de prolixidade intencional, isto é, não pouparei palavras na busca de deixar muito clara a noção de capital cultural, que, sem dúvida, é a mola mestra deste trabalho.

Segundo o Vocabulário Bourdieu, Pierre Bourdieu começou a formular a noção de capital cultural na década de 1960 e “tal noção tornou-se uma das mais poderosas categorias analíticas da teoria social e da pesquisa educacional contemporâneas” (CATANI, 2017, p. 103).

Bourdieu chegou a esse conceito ao buscar explicar o fracasso escolar entre crianças e jovens desfavorecidos socialmente, pois sempre rechaçou aquilo que chamava de “ideologia do dom”, isto é, ele não acreditava que o sucesso de alguns na escola era tributário de um dom natural, assim como o equivalente fracasso.

Se os seres humanos fossem dotados de desiguais capacidades cognitivas inatas, isto é, se fossem natural e intelectualmente desiguais, no concernente à capacidade de aprendizagem, estaria naturalizada a desigualdade social. Essa era a ideia que explicava a desigualdade social, até meados do século XX.

Já nos anos 1950, o sociólogo francês, a partir de muitos levantamentos quantitativos, chegou à conclusão de que havia “uma alta correlação estatística entre a origem social do aluno (sobretudo o nível de escolaridade dos pais) e seu desempenho escolar” (CATANI, 2017, p. 103).

Ele começa, então, a testar hipóteses que pressupunham que

(...) crianças originárias das classes sociais superiores herdaram de suas famílias um patrimônio cultural diversificado composto de estruturas mentais (maneiras de pensar o mundo), domínio da língua culta, cultura geral, posturas corporais, disposições estéticas, bens culturais variados (livros e outros materiais de cultura) etc., os quais se transformam em vantagens, uma vez investidos no mercado escolar. Mas, obviamente, isso só é possível porque os conteúdos curriculares impostos aos alunos e os sistemas de avaliação da aprendizagem praticados pela instituição escolar se assentam em uma cultura tida como “legítima”, isto é, constituída pelos produtos simbólicos socialmente valorizados (as letras, as ciências, as artes) que emanam dos grupos sociais dominantes, os quais exercem, por isso mesmo, uma ação de “violência simbólica” sobre os grupos dominados. De tal modo que a seleção e a classificação escolar dos alunos se revestem da aparência (socialmente aceitável) do mérito individual, dissimulando a realidade do privilégio social. A instituição escolar seria, portanto, um fator de “reprodução” (e não de “democratização”) da sociedade (CATANI, 2017, p.103-104).

Em resumo, a desigualdade que até então parecia algo natural foi colocada em xeque, pois, se entendermos que as classes dominantes legitimam e valorizam determinado capital cultural – em geral, produzido por ela mesma e ao qual as classes dominadas não têm acesso -, ou seja, impõem aquilo que tem valor no aprendizado escolar, fica claro que, antes de ser uma instância de democratização do conhecimento, a escola é parte do processo de reprodução dos valores das classes dominantes. Conseqüentemente, o aluno que não teve acesso, no seio da família, a determinadas regras culturais impostas pelas classes dominantes estará sempre em desvantagem, em relação ao aluno cultivado, como veremos mais à frente.

A escola - e a educação em geral - foi o primeiro foco de Bourdieu para desenvolver a noção de capital cultural, mas, logo em seguida a essa construção, ele se espalhou para a análise de outras esferas da vida social, onde supunha que a riqueza cultural exercia efeitos poderosos sobre a classificação dos indivíduos nas diferentes hierarquias sociais.

Partindo do pressuposto de que o mundo social é multidimensional e que, portanto, os bens econômicos ou financeiros não constituem a única forma de riqueza que fundamenta a divisão da sociedade em classes em estratos sociais, o autor forneceu, ao longo de sua obra, inúmeras e robustas evidências empíricas da existência de outros tipos de recursos que atuam na definição da posição ocupada por um indivíduo (ou por um grupo de indivíduos), no interior das hierarquias sociais. Ele defende que as diferenças relativas às condições materiais de existência se transmitem - por meio de um processo subjetivo de internalização de disposições e de competências - em diferenças no estilo de viver, isto é, na maneira de se usufruir os bens materiais possuídos, engendrando distinções simbólicas entre os indivíduos ou, em outras palavras, distinções relativas à posse de bens culturais (CATANI, 2017, p.104).

Logicamente, a noção de “capital” foi tomada de empréstimo do pensamento de Marx sobre o processo de acumulação de recursos materiais. No entanto, ao acrescentar o adjetivo “cultural”, Bourdieu adverte que se trata de uma outra dimensão da realidade social. Embora essa realidade seja menos palpável, implica igualmente a produção, distribuição e consumo de (um tipo específico de) bens capazes de render dividendos, ou seja, de proporcionar lucros simbólicos a seus detentores.

Importante ressaltar que esses lucros simbólicos são uma espécie de reforço da dominação, como veremos adiante. Eles podem ser materiais ou imateriais. Bourdieu definiu três modalidades de existência dos bens simbólicos no âmbito daquilo que ele denominou capital cultural. São eles os seguintes:

1.4.1 Capital cultural incorporado

(...) em seu estado incorporado, apresenta-se como disposições ou predisposições duradouras que se entranham no corpo de uma pessoa, tornando-se suas propriedades físicas (ex.: posturas corporais, esquemas mentais, habilidades linguísticas, preferências estéticas, competências intelectuais etc.) Esse é, para Bourdieu, o estado 'fundamental' do capital cultural' (CATANI, 2017, p.105).

Do ponto de vista da psicologia, assim como na teoria bourdieusiana, disposição diz respeito à tendência de um agente cultural de se comportar, de maneira relativamente estável no tempo, em determinadas situações. Portanto, a disposição desse agente se diferencia de um simples comportamento, que nada tem de estável, pois se modifica constantemente.

Logo no início desse subcapítulo, citei minha intuição no que diz respeito ao domínio da forma culta da língua natural, chamada no excerto acima de "habilidades linguísticas". Essa ideia amplia tal noção, pois incorporar habilidades linguísticas é mais do que conhecer o padrão formal da língua, mas também, por exemplo, falar com fluidez, escrever poesias, letra de canção, textos publicitários, textos jornalísticos, dentre outras modalidades.

Certamente, todos nós já percebemos que, ao se sentar na mesa para fazer uma refeição, indivíduos das classes dominantes se comportam de maneira diferentemente dos agentes sociais das classes dominadas. Assim como o fazem ao se cumprimentarem, ao conversar, ao assistir a um concerto, enfim, as posturas corporais de agentes sociais de classes diferentes são também diferentes e buscam marcar distinções, diferenças sociais.

Gondim (2017, p. 44) afirma que o "capital cultural em seu estado incorporado está diretamente ligado à singularidade do agente e pressupõe um tempo de investimento pessoal para ser incorporado". A principal forma do capital incorporado é a adquirida por meio de herança familiar, que, por ser doméstica e extremamente dissimulada, faz do capital cultural o mais oculto e

determinante dos investimentos educativos, devido à sua precocidade e durabilidade.

As diferenças no capital cultural possuído pela família implicam diferenças: primeiramente, na precocidade do início do empreendimento de transmissão e de acumulação, tendo por limite a plena utilização da totalidade do tempo biologicamente disponível (...); e depois na capacidade. A transmissão do capital cultural incorporado também pode se dar pela incorporação de novas disposições ao longo da vida do indivíduo, na escola, nos grupos religiosos etc., embora, seja determinado pelo capital incorporado durante sua primeira socialização, assim definida para satisfazer às exigências propriamente culturais de um empreendimento de aquisição prolongado. (BOURDIEU, 2007, p. 76, apud GONDIM, 2017, p. 44).

1.4.2 Capital cultural objetivado

(...) em seu estado objetivado, configura-se como a posse de bens materiais que representam a cultura dominante (ex.: livros, obras de arte e toda sorte de objetos armazenados em bibliotecas, museus, laboratórios, galerias de arte etc. (CATANI, 2017, p.105).

Esse tipo de capital cultural se apresenta sob a forma de bens culturais, como quadros, esculturas, jarros, tapetes, direitos autorais de obras, livros etc. “O capital cultural objetivado é transmissível em sua materialidade, mas não na condição de apropriação específica” (GONDIM, 2017, p. 44), isto é, a família pode deixar como herança um quadro, que para o herdeiro pode ter apenas valor econômico, pois o gosto pela arte faz parte do que chamamos capital cultural incorporado.

1.4.3 Capital cultural certificado ou institucionalizado

(...) em seu estado institucionalizado, manifesta-se como atestado e reconhecimento institucional de competências culturais adquiridas (ex.: o diploma e todo tipo de certificados escolares) (CATANI, 2017, p.105).

Esse tipo de capital é aquele constituído sob a forma de certificados e diplomas. Segundo Gondim (2017, p. 45), “enquanto o capital cultural, em seus estados incorporado e objetivado, apresenta-se como vivência ou experiência, o capital certificado é um símbolo, uma certificação escolar, que depende, em certa medida, de outros capitais, que podem ser disponibilizados a seu serviço”. Isto

é, o capital cultural certificado depende de a possibilidade de um agente social poder frequentar cursos livres ou escolas formais, essa possibilidade é garantida pelo capital econômico, ou, com sorte, pelo capital social do indivíduo.

Na verdade, para que esses bens culturais adquiram estatuto de capital é necessário que tenham como origem a produção cultural humana que seja identificada “com as propriedades intelectuais das classes dominantes, configurando aquilo que o autor denomina de “cultura legítima” porque tem curso e validade na escala da sociedade como um todo” (CATANI, 2017, p.105).

Quando Bourdieu fala em “cultura legítima”, ele está se referindo à cultura legitimada pelo “modelo” cultural estabelecido pelas classes dominantes, por meio do que ele chama de arbitrário cultural, sobre o que falaremos adiante, que tem o poder de se impor e de se fazer reconhecer por todos, adquirindo, assim, a aparência enganosa de universal.

Em relação ao aparecimento do capital cultural, Bourdieu afirma que surgiu na medida em que surgiu o Estado moderno, “em um corpo de burocratas, originários da aristocracia e da nobreza togada, cuja legitimidade deriva de suas credenciais escolares obtidas em instituições de ensino que se desenvolveram desde o século XVIII, chegando às Grandes *Écoles* da atualidade” (CATANI, 2017, p.105).

Segundo o sociólogo francês, os burgueses da indústria e do comércio, que, então, constituíam a nova classe ao lado daqueles que ele chama de “nobres de espada”, diante de outros segmentos sociais dominantes, lançaram mão do “poder” do capital cultural, isto é, do novo capital, como arma para o enfrentamento social.

Mas o processo de expansão e valorização do capital cultural só encontrará seu pleno desenvolvimento nas sociedades capitalistas avançadas, em decorrência de mudanças estruturais advindas da industrialização e do desenvolvimento social e econômico. A expansão massiva das taxas de escolarização, a ampliação do acesso aos níveis mais avançados do sistema de ensino, o surgimento e forte crescimento de uma indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, tudo isso acarretará o aparecimento de novas profissões ligadas à divisão do trabalho cultural e promoverá a acumulação dessa “nova” espécie de riqueza (CATANI, 2017, p.105).

Assim, nas sociedades contemporâneas, o espaço social se baseia no capital econômico e no capital cultural, isto é, nas duas principais formas de

distinção social, pensadas sempre como diferenciação. Esses dois capitais, como não poderia deixar de ser numa sociedade capitalista, são distribuídos de maneira desigual entre a população e “operam em favor da reprodução das estruturas de dominação, embora os bens simbólicos o façam de um modo mais indireto e menos perceptível” (CATANI, 2017, p.105).

No que diz respeito às leis de aquisição do capital cultural, o pressuposto central da argumentação bourdieusiana é o de que ela se dá, principalmente, por meio da família e de suas ações socializadoras. De tal modo que as famílias cultas transmitiriam, a seus descendentes, um conjunto socialmente legitimado de recursos, competências e disposições de natureza diversificada que rendem a eles lucros materiais ou simbólicos em diferentes mercados sociais. (CATANI, 2017, p.105-106).

Bourdieu deixa bem clara a distinção entre a transmissão do capital cultural objetivado - que ocorre instantaneamente, pois trata-se da transferência de um bem material – e o capital em seu estado incorporado, que demanda tempo para a aquisição. No entanto, no caso do capital objetivado, “o que é transmissível é a propriedade jurídica e não (ou não necessariamente) o que constitui a condição da apropriação específica, isto é, a posse dos instrumentos que permitem desfrutar de um quadro ou utilizar uma máquina” (BE, 77) (CATANI, 2017, p.106).

Ele nos esclarece que o capital cultural em seu estado incorporado segue leis cuja precocidade e dissimulação são acentuadas, isto é, desde muito cedo, as famílias dotadas de abundante capital cultural - e somente essas - de maneira dissimulada, transferem, num processo relativamente longo e insensível, um capital acumulado hereditariamente. Para o agente social receptor de tal herança, “o tempo de acumulação engloba a totalidade do tempo de socialização” (CATANI, 2017, p.106).

Além disso, a aquisição de capital cultural supõe um investimento do próprio sujeito que deve se expor às ações de inculcação e assimilação do patrimônio cultural, entregando-se a um trabalho pessoal sobre si mesmo, pois, “tal como o bronzamento, essa incorporação não pode efetuar-se por procuração. Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do ‘sujeito’ sobre si mesmo (fala-se em cultivar-se)” (CATANI, 2017, p. 106).

Bourdieu alerta para que tenhamos cuidado ao medir o capital cultural incorporado, pois, ao levar em conta somente o tempo de escolarização e não levar em conta a primeira educação, que é a familiar, a possibilidade de incorrer em erro é muito grande. Entretanto, seus estudos apontam o tempo de aquisição do capital cultural como uma das melhores réguas para tal medição.

O Vocabulário Bourdieu destaca que cada uma das riquezas sociais listadas por Bourdieu, a saber, o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico, podem ser transformadas uma na outra, com destaque especial para a conversão em capital econômico.

Isso ocorre porque, embora sendo de natureza muito diversa, elas mantêm entre si relações muito fortes; o que faz com que - no âmbito das dinâmicas sociais - elas se reconvertam incessantemente umas nas outras, segundo leis que o autor trabalhava arduamente para desvendar. No que tange ao capital cultural, o autor insistirá, sobretudo nas lógicas que presidem a sua conversão em capital econômico e vice-versa. (CATANI, 2017, p. 106).

Segundo Gondim, de acordo com a perspectiva de Bourdieu, a realidade social é baseada na distribuição dos capitais econômico e cultural. No entanto, sabemos, a distribuição de bens materiais e simbólicos é realizada de modo desigual, sendo assim, “as escolhas ou práticas de consumo cultural tendem a reproduzir as relações de dominação subjacentes” (GONDIM, 2017, p. 26).

Para os agentes sociais de família, digamos, cultivada, haverá sempre um capital cultural herdado, passado de pais para filhos, mas não só de pais, pois família vai além da relação pais e filhos. Entretanto, para as classes dominadas, o processo de aquisição de capital cultural acontece por meio do aprendizado tardio, na escola. Assim, o agente social dominado tem um período curto para tentar equiparar seu capital cultural com o dos agentes das classes dominantes, desse modo, esse processo é acelerado e não tanto eficaz. Tudo ocorre como quando alguém que não pôde estudar no período apropriado tem de recorrer a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

(...) a escola cumpriria, simultaneamente, uma função de reproduzir e de legitimar as desigualdades sociais. A reprodução seria garantida pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar tenderiam a alcançar sucesso escolar, pois pertenceriam às classes dominantes. Com isso, a legitimidade das desigualdades sociais ocorreria, indiretamente, pela negação do privilégio cultural

dissimuladamente oferecido aos filhos das classes dominantes julgadas como habilidades naturais (GONDIM, 2017, p. 46).

1.5 Arbitrário Cultural

Certamente o leitor já compreendeu que a intenção deste capítulo é abordar as ideias de Bourdieu que servem de base para compreendermos, não os modos de produção cultural, mas o modo de aquisição do capital cultural e as decorrências de se obter maior ou menor volume deste capital, além de examinar a questão de como se estabelece a legitimidade dos produtores culturais e de suas obras.

O conceito de “arbitrário cultural” é de fundamental importância para que compreendamos essa última questão.

Para Bourdieu, a cultura legítima é aquela imposta pelas classes dominantes, e a escola é a principal instância de consagração e reprodução do por ele chamado “arbitrário cultural”.

“Arbitrário cultural” é o termo utilizado por Bourdieu para designar o fenômeno social que consiste em erigir a cultura particular de uma determinada classe social (a “classe dominante”) em cultura universal. A arbitrariedade do processo residiria, segundo o sociólogo francês, na ocultação da origem de classe dessa variante cultural, isto é, no apagamento do fato de que ela não possui, em si mesma, nenhum valor intrínseco, retirando toda a sua superioridade do fato de estar em posição dominante nas relações de forças entre os diferentes grupos sociais (CATANI, 2017, p. 36).

O sociólogo francês sustenta que o sistema simbólico, ou a cultura, de uma classe não é erigido de forma democrática, ou seja, é arbitrado pelas classes dominantes “na medida em que a estrutura e as funções dessa cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à natureza das coisas ou à natureza humana” (CATANI, 2017, p. 36).

Não é raro discutirmos a valoração de culturas e de produções culturais, mas nunca apontamos quais os parâmetros são utilizados para tal. Imagino que seja comum o fato de se atribuir maior valoração positiva à chamada “música erudita” em detrimento da chamada “música popular”. No entanto, que parâmetros são atribuídos a essa valoração?

De acordo essa premissa, Beethoven é melhor compositor do que Chico Buarque, por exemplo. No entanto, o compositor alemão não fazia letras de canção, não sabia tocar samba e compunha músicas muito longas, que, atualmente, estão totalmente fora do padrão das músicas que o grande público escuta, mas, estranhamente, continuamos com a sensação de que a obra de Beethoven é superior à de Chico Buarque.

A tese de Bourdieu é que um poderoso trabalho social ocorre em escala societária de “legitimação” da cultura das classes dominantes e que resulta na produção de uma cultura “legítima” posto que legitimada pelos agentes sociais, cuja origem ficou esquecida num processo dito de “amnésia da gênese”. “Em uma formação social determinada, a cultura legítima, isto é, a cultura dotada da legitimidade dominante, não é outra coisa senão o arbitrário cultural dominante, na medida em que ele é ignorado em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante” (CATANI, 2017, p. 36).

Poderíamos dizer de chofre: a cultura legítima, ou legitimada, é a cultura imposta pelas classes dominantes. Mas o sociólogo francês desenvolve mais satisfatoriamente tal tese. Segundo ele, nenhuma cultura pode ser definida como superior a outra, por uma razão simples:

os valores que orientariam cada classe ou grupo social em suas disposições e condutas seriam, por definição, arbitrários, ou seja, não estariam fundamentados em nenhuma razão objetiva, universal. Porém, apesar de arbitrários, esses significados e valores, isto é, a cultura de cada grupo, seriam concebidos e vividos pelos indivíduos como os únicos possíveis ou, pelo menos, como os únicos válidos (CATANI, 2017, p. 36).

Assim, não temos dificuldade em crer - quase que como única opção - que o compositor alemão Beethoven é um gênio e Chico Buarque um compositor menor. Esse arbitrário cultural, de acordo com Bourdieu, converte-se em cultura legítima a partir da consideração da relação entre os vários arbitrários culturais que estão em disputa na sociedade e das relações de força entre os grupos ou classes sociais que coexistem numa sociedade.

No caso das sociedades de classes, a capacidade de imposição, de inculcação e de legitimação de um arbitrário cultural corresponderia a força da classe social que o sustenta. Assim, de um modo geral, os significados (conhecimentos, valores etc.) arbitrários capazes de se

impor como cultura legítima seriam aqueles sustentados pelas classes dominantes (CATANI, 2017, p. 36).

Creio que o mais importante da construção da ideia de arbitrário cultural repousa no fato de todo esse processo se dar de modo dissimulado, isto é, os agentes da sociedade não percebem que a cultura que eles também assumem como legítima, na verdade, está sendo imposta pela classe dominante, o que aconteceria com todas as formas de hierarquia social, que retiram sua legitimidade do fato de que a arbitrariedade, que está na origem de sua constituição, passa despercebida aos olhos dos atores sociais. É a esse processo que transforma a cultura de uma classe – ou grupos – em cultura universal, que, de maneira astuta, Bourdieu chama de “violência simbólica”.

De acordo com o sociólogo francês, a mesma coisa aconteceria com o processo formal de educação, isto é, os conteúdos e valores transmitidos pelos sistemas de ensino, também considerados como cultura legítima, na verdade, compõem o arbitrário cultural dominante. Essa “violência simbólica” não tem assento em nenhum tipo de superioridade intrínseca em relação a outras variantes culturais.

Observa, no entanto, que a autoridade pedagógica, ou seja, a legitimidade da instituição escolar e da ação pedagógica que nela se exerce só pode ser garantida na medida em que o caráter arbitrário e socialmente imposto da cultura escolar é ocultado (Catani, 2017, p. 37).

O maior resultado dessa “violência simbólica” sobre os agentes sociais dominados não é exatamente a perda da aculturação familiar, mas o nefasto reconhecimento da legitimidade da cultura dominante.

No início dos anos 1960, em *Les héritiers*, Bourdieu e Passeron escreviam: “Para os filhos dos camponeses, dos operários ou dos pequenos comerciantes, a aquisição da cultura escolar é aculturação” (LH, 37). Esse reconhecimento se traduziria numa desvalorização do saber e do saber fazer tradicionais dos meios populares, em favor do saber e do saber fazer socialmente legitimados (CATANI, 2017, p. 37).

Segundo Miceli (2011, p. XVI), “para Bourdieu, a organização do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir

sua função político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação”. Seria muita ingenuidade pensar que não haveria possibilidade de algum agente social perceber, de algum modo, tal arbitrário e engendrar um comportamento desviante. Miceli, no excerto a seguir, trata de quão é penetrante tal arbitrário, mas também da possibilidade de desvio.

Enfim, sendo a modalidade instaurada o produto de uma seleção arbitrária a partir de um fundo comum que inclui todas as alternativas possíveis, inclusive aquelas ainda não atualizadas, o caráter arbitrário que marca qualquer modalidade traz consigo tamanho poder de inscrever seu selo no mais ínfimo objeto, regra ou valor que, pela mesma razão, consegue envolver os agentes em representações, crenças e símbolos concordes com o arbitrário instituído. Sendo assim, a nenhum grupo é dada a possibilidade de enxergar o caráter arbitrário de ordem social sob pena de ultrapassar os limites e as oposições significantes que delimitam sua operação. A única exceção, de Mauss e Lévi-Strauss, seria o “desviante”, capaz de pôr em questão e relativizar as regras sociais vigentes ao nortear seu comportamento e sua práxis por uma lógica radicalmente outra e estranha àquela prevalecente no interior do grupo. (MICELI, 2011, p. XXVII)

De acordo com Bourdieu (2011), a constituição de um campo intelectual e artístico em oposição ao campo econômico, político e religioso - e, conseqüentemente, seu corpo de agentes sociais correspondentes: intelectual em oposição ao iletrado, e artista em oposição ao artesão – ocorre com pretensões de legislar na esfera cultural em nome de um poder ou de uma autoridade que não seja propriamente cultural.

Assim com, no entender de Weber, a estrutura do campo religioso organiza-se em torno da oposição entre o profeta e sacerdote (além das oposições secundárias entre profeta, o feiticeiro e o sacerdote), **a relação de oposição e de complementariedade que se estabelece entre o campo de produção erudita e o campo das instâncias de conservação e de consagração, constitui certamente um dos princípios fundamentais de estruturação do campo de produção e circulação dos bens simbólicos** (grifo meu). O outro princípio deriva da oposição existente no interior do campo de produção propriamente dito, entre os campos de produção erudita e o campo da indústria cultural (BOURDIEU, 2011, p. 99).

Importante, nesse momento, explicar que o que Bourdieu chama de “instâncias de consagração” são pessoas e instituições que reconhecem artistas, intelectuais, produções artísticas e culturais como legítimos. Portanto, são prêmios, festivais, artistas e intelectuais famosos e considerados importantes e,

principalmente, os sistemas de ensino, que não só legitimam o conhecimento das classes dominantes como elegem artistas e intelectuais que “merecem” ser estudados.

Pierre Bourdieu define a ação pedagógica como ato de imposição de um arbitrário cultural, que dissimula aquilo que inculca. Desse modo,

(...) o sistema de ensino cumpre inevitavelmente uma função de legitimação cultural ao converter a cultura legítima, exclusivamente através do efeito de dissimulação, o arbitrário cultural que uma formação social apresenta pelo mero fato de existir e, de modo mais preciso, ao reproduzir pela delimitação do que merece ser transmitido e adquirido e do que não merece, a distinção entre as obras legítimas e as ilegítimas e, ao mesmo tempo, entre a maneira legítima e ilegítima de abordar as obras legítimas. Investido do poder que lhe foi delegado para salvaguardar uma ortodoxia cultural, ou seja, defender a esfera da cultura legítima contra as mensagens concorrentes, cismáticas ou heréticas, produzidas tanto pelo campo de produção erudita como pelo campo da indústria cultural, e capazes de suscitar, junto às diferentes categorias de público que atingem, exigências contestatárias e prática heterodoxas, o sistema das instâncias de conservação e consagração cultural cumpre, no interior do sistema de produção e circulação dos bens simbólicos, uma função homóloga à da igreja (...)(BOURDIEU, 2011, p. 120).

Bourdieu afirma que um dos efeitos ideológicos mais paradoxais e determinantes posto em marcha pelos sistemas de ensino é que ele consegue obter dos alunos que frequentam a escola sob regime obrigatório o reconhecimento da lei cultural.

Não obstante, tal reconhecimento não envolve de modo algum um ato de consciência fundado no conhecimento da lei reconhecida, e muito menos uma adesão eletiva (nos termos do paradigma weberiano do ladrão que, por reconhecer a legitimidade da lei, esconde-se para roubar). Assim como, segundo Hegel, a ignorância da lei não constitui uma circunstância atenuante diante de um tribunal, “a ninguém é permitido ignorar a lei cultural”, nem mesmo aqueles que só vão descobri-la diante de um tribunal das situações sociais capazes de impor-lhes o sentimento de sua indignidade cultural. Pelo fato de estar sempre objetivamente em vigor, ao menos nas relações entre classes diferentes, esta lei impõe-se por sanções, desde as sanções mais brutalmente materiais – como aquelas a que estão sujeitos os indivíduos mais desprovidos de capital cultural nos mercados de trabalho ou das trocas matrimoniais – até as sanções mais sutilmente simbólicas, como por exemplo o ridículo atribuído às “maneiras” contrárias às normas indefiníveis que definem a excelência em uma formação social determinada. **O sentimento da dependência e da vassalagem pois implica na impossibilidade de excluir o que exclui, única maneira de excluir a exclusão** (grifo meu) (BOURDIEU, 2011, p. 131-132).

Tudo ocorre, segundo o sociólogo francês, da seguinte maneira: as famílias e as escolas são investidas de um poder que lhe é delegado por um arbitrário cultural, assim, elas determinam (consagram) os objetos dignos de serem admirados e “degustados”. Dessa maneira, estão em condições de impor uma aprendizagem ao fim da qual tais obras poderão surgir como naturalmente dignas de serem admiradas.

Em uma dada formação social, prossegue Bourdieu (2011), o grau em que uma obra de arte é legível é função da distância entre o código que a obra em questão exige objetivamente e o código artístico disponível para um indivíduo particular, e da distância entre o código que a obra exige e a competência individual definida pelo grau em que o código social foi incorporado.

CAPÍTULO 2

ANTECEDENTES DO “RIBEIRÃO CRIANÇA” E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROTECH E AS HABITAÇÕES DA RUA DAS TECNOLOGIAS

O presente capítulo inicia com a abordagem das noções de políticas públicas dicotômicas e complementares desenvolvidas pela economista brasileira Célia Lessa Kerstenetzky as quais são denominadas focalizadas, universais, finas e espessas, relacionando-as com as políticas de Estado e as políticas de mercado, com foco na justiça social.

Em seguida, discorrerei sucintamente sobre o progresso das políticas habitacionais no Brasil, com ênfase no PROTECH - Programa de Difusão de Tecnologia para a Construção de Habitações de Baixo Custo, cujo objetivo foi incentivar inovações na área, e do qual resultou a Rua das Tecnologias, base do Programa Ribeirão Criança -, também sobre os fundamentos do programa.

2.1 Do Planejamento de Governo e Política Social

A economista Célia Lessa Kerstenetzky abre seu artigo “Políticas Sociais: focalização ou universalização?”, publicado na *Revista Economia Política*, alertando-nos para a apaixonada polarização, no que concerne à escolha entre os estilos de políticas sociais, a saber, a focalizada e a universal.

O foco de sua argumentação reside no fato de que tal polarização, de maneira equivocada, faz parecer que as políticas universais estão intrinsecamente associadas à universalização dos direitos sociais, enquanto as políticas focalizadas indiciam noções residualistas de justiça social, e aponta a decisão prévia sobre os princípios de justiça social que se queira implantar como elemento determinante para a tomada de posição.

Uma vez, por exemplo, que se seleccione uma concepção de justiça reparatória ou distributiva, a escolha do grau de focalização ou universalização em cada programa específico poderá ser transferida ao campo da “tecnologia social”, do cálculo da eficiência social relativa, deixando de suscitar maiores paixões, pelo menos no que respeita à equidade. Focalização e universalização apareceriam, então, como métodos alternativos, quando não complementares, de

implementação de uma noção de justiça previamente definida (KERSTENETZKY, 2006, pp. 564-565).

O horizonte da justiça social se nos apresenta em duas conformações: a justiça social de Estado e a justiça social de mercado.

A noção de justiça de mercado não se sustenta haja vista que é erigida sobre bases competitivas e de distribuição de vantagens econômicas, de acordo com o mérito e/ou responsabilidade individual. O resultado do regime meritocrático, segundo argumentos neoliberais, é que o próprio desenvolvimento econômico se beneficiaria das desigualdades, assim, os pobres também seriam favorecidos, pois as remunerações desiguais funcionariam como incentivos ao trabalho e à poupança.

Entretanto, segundo Kerstenetzky

(...) essa concepção, sobretudo na vertente hayekiana (que admite a existência de incerteza nos mercados), confere ao Estado a atribuição de prover uma rede subsidiária de proteção social (renda mínima, seguro-desemprego, imposto de renda negativo, são algumas de suas variantes), uma espécie de seguro social contra a incerteza (KERSTENETZKY, 2006, p.566).

Essa intervenção do Estado é justificada pela necessidade de se promover justiça social àqueles que estão em situação de risco social, sem justificativa na escolha e na responsabilidade individual, pois há “um conjunto de características que não podem ser ditas de responsabilidade individual, tais como classe, família, cor, gênero, etnia, habilidade, talentos inatos” etc. (KERSTENETZKY, 2006, p.567).

Tal argumento somente se revestiria de plausibilidade se as escolhas individuais fossem realmente livres, no que diz respeito a oportunidades iguais, e todos os cidadãos pudessem ter, além de liberdades civis e econômicas, acesso à igualdade de oportunidades políticas, sociais e econômicas, no último caso, especificamente renda e riqueza.

A economista brasileira classifica as alternativas de justiça social como finas ou espessas, concepção que não é homologável em termos comparativos com foco e universalização, mas a uma justiça social veleidosa em relação a uma justiça social desejosa de igualdade.

Segundo a autora, no Brasil, compreende-se a concepção fina de justiça “como *distribuição* de vantagens econômicas resultantes de transações livres de

mercado e assinalar para a política social o lugar de mera provisão de um seguro contra as agruras imprevisíveis da vida” (KERSTENETZKY, 2006, p.568). Todavia, a noção de justiça social espessa coloca em foco a desigualdade social, não somente a pobreza imerecida.

A política social focalizada não é absolutamente negativa, tampouco absolutamente positiva. Ela é negativa quando tratada como política social residual, no entanto, no caso de haver um problema específico previamente identificado, pode-se optar por gastar com X ou com Y, mas o foco será a eficiência na solução do problema específico.

A política social focalizada também pode ser de caráter reparatório, por exemplo, para restituir a grupos sociais o acesso *efetivo* a direitos universais formalmente iguais, acesso esse perdido, em geral, em decorrência de injustiças passadas, como é o caso das cotas raciais nas universidades.

Célia Kerstenetzky nos esclarece sobre a possibilidade de combinação de focalização e universalização das políticas sociais com as políticas por ela denominadas fina e espessa e, assim, exemplifica:

- i. Concepção *fina* de justiça com ênfase na focalização: residualismo, ou seja, rede de proteção social mínima — como parece ser a experiência estadunidense;
- ii. ii. Concepção *fina* com ênfase na universalização: seguridade social, educação e saúde básicas — como parece ser a experiência inglesa;
- iii. iii. Concepção *espessa* de justiça com ênfase na universalização: seguridade social, educação e saúde universais e generosas — como parece ser a experiência escandinava;
- iv. iv. Concepção *espessa* com ênfase na focalização: alocação redistributiva de recursos para geração de oportunidades sociais e econômicas para os grupos sociais em desvantagem relativa — cenário hipotético, porém plausível. (KERSTENETZKY, 2006, p. 572).

É possível notar que tanto a focalização como a universalização podem ter ligação com uma concepção de mercado, o que fica claro é que há que haver “uma escolha anterior, quanto a princípios genéricos de justiça, que se refere à opção *residualismo*, como na noção fina de justiça, ou *redistribuição/reparação*, como na noção espessa” (KERSTENETZKY, 2006, p. 573).

No âmbito das políticas públicas, as dicotomias aqui apresentadas, a saber, finas x espessa; focalizada x residual e residualismo x redistribuição/reparação nos oferecem importantes ferramentas para que analisemos, desse ponto de vista, o Programa Ribeirão Criança.

U O objetivo, nesse caso, do meu ponto de vista, foi a luta contra a violência e a desigualdade simbólicas, quase sempre desprestigiada diante do da hegemonia do apelo econômico.

Fabiana Lopes de Oliveira (1996), em sua dissertação de mestrado, aborda a importância da avaliação em sistemas construtivos inovadores e compara os sistemas de avaliação brasileiros com os sistemas de diversos países do mundo. Após dissertar sobre os sistemas de avaliação em sistemas construtivos da Holanda, Dinamarca, Noruega, Alemanha, Canadá e Costa Rica, a pesquisadora afirma que

No Brasil, porém, as inovações não vieram acompanhadas com a mesma mentalidade que os países europeus. Normalmente os sistemas eram avaliados somente pelos seus custos iniciais. Não sendo computados os custos de operação, nem mesmo os de manutenção e/ou recuperação, ficando relegada a segundo plano a preocupação com os aspectos de durabilidade e vida útil dos edifícios (OLIVEIRA, 1996, p. 6).

Segundo Oliveira, “os problemas da construção civil brasileira só começaram a ser analisados quando o BNH (Banco Nacional da Habitação) firmou convênio com o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) para estudar formas de avaliar o desempenho das edificações construídas” (Oliveira, 1996, p.7).

No entanto, como a pesquisadora afirma, hoje já não é mais assim, isto é, a avaliação de desempenho é uma prática que se consolida cada vez mais, na construção civil.

De acordo com essa nova postura, no que diz respeito à avaliação de desempenho, em 28 de julho de 1993, o governo Itamar Franco criou o Programa de Difusão de Tecnologia para a Construção de Habitações de Baixo Custo – PROTECH, um programa que visava a incentivar as inovações tecnológicas, para alcançar soluções que diminuíssem os custos da produção de habitações populares - que hoje chamaríamos de Habitação de Interesse Social (HIS) – sem afetar a qualidade de tais habitações. A ideia que norteava tal iniciativa, segundo Fabiana Oliveira (1996), era construir um número maior de habitações com uma qualidade igual ou melhor do que o modelo tradicional, empregando melhor os recursos e, conseqüentemente, barateando a construção.

Curitiba, Ribeirão Preto, Juiz de Fora, Bauru, Brasília, Cuiabá e Contagem foram as cidades escolhidas para fazer parte do PROTECH. Obviamente não é o foco do presente trabalho discorrer sobre construção civil, mas sobre o destino que a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto deu às habitações da Rua das Tecnologias.

2.2 Surge a Vila Tecnológica e a Rua das Tecnologias

Em 1995, por meio da lei complementar nº 425/1995, a Prefeitura de Ribeirão Preto doou o terreno, próximo ao bairro Maria Casagrande Lopes, onde foi construída a Vila Tecnológica, com 111 habitações, e a Rua das Tecnologias, com 20 unidades habitacionais, com 11 das mais variadas tecnologias e diferentes arquiteturas, para servirem de “*showroom*”. Em Ribeirão Preto, por meio do Programa Ribeirão Criança, essas casas não só ficaram de amostras, mas também serviram de abrigo para diversas oficinas educativas e culturais.

Além dessas oficinas, o Programa Ribeirão Criança realizava eventos, encontros, palestras e até shows, como o da pianista italiana Patrizia Prati, que aconteceu no Centro Cultural do Programa Ribeirão Criança. De acordo com um panfleto que divulgava para a comunidade do entorno da Rua das Tecnologias,

O Programa Ribeirão Criança realiza um significativo processo de resgate da cidadania através da arte-educação.

A Rua das Tecnologias e o Centro Cultural Ribeirão Criança são centros difusores do programa que tem como foco a criança, mobilizando pessoas e construindo espaços de educação participativa, onde a criança pode ser criança e, assim, fazer descobertas e aprender com naturalidade.

A rede formada pelas famílias e pelos profissionais de instituições e organizações sociais oferece o apoio para educadores comprometidos realizarem sua ação de facilitadores das oportunidades de aprendizagem.

Antes de seguir com a descrição do Programa, considero importante ressaltar que, embora o texto do panfleto citado afirme que, no espaço de educação participativa, a criança poderia “aprender com naturalidade”, não há como o processo de aprendizagem ser natural, dado que, o processo de ensino e aprendizagem pertence ao domínio da cultura, não da natureza. Segundo o linguista Edward Lopes,

- a. Pertence ao universo da cultura tudo o que o homem acrescentou à Natureza, através de seu trabalho transformador;
- b. Pertence ao universo da cultura tudo o que não é hereditário, mas é aprendido pelo homem.
A aprendizagem, a conservação, a transformação e a transmissão da cultura realizam-se através de uma grande variedade de práticas sociais. As práticas sociais organizam-se para expressar a cultura das comunidades humanas assumindo a condição de sistemas de signos para transmitir essa cultura de um indivíduo para outro, de uma geração para a geração seguinte (LOPES, 1975, p. 15).

Assim, podemos afirmar que os **artefatos** fazem parte do conjunto das coisas que o ser humano acrescentou à natureza, por meio de seu trabalho físico, e os **mentefatos**, do conjunto das coisas não hereditárias, isto é, daquilo que é ensinado e aprendido pelo ser humano.

Creemos que tais afirmações se confirmam por meio a da abordagem da teoria bourdieusiana, que nos mostra o quanto o sistema educacional é responsável pela reprodução e legitimação das desigualdades sociais.

A reprodução seria garantida pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar tenderiam a alcançar sucesso escolar, pois pertenceriam às classes dominantes. Com isso, a legitimidade das desigualdades sociais acorreria, indiretamente, pela negação do privilégio cultural dissimuladamente oferecido aos filhos das classes dominantes julgadas como habilidades naturais (GONDIM, 2017, p. 46).

Como já citado, o Programa Ribeirão Criança funcionou em dois momentos da administração do Partido dos Trabalhadores, em Ribeirão Preto: de 1993/1996 e de 2001/2004, e foi concebido pelo médico pediatra e terapeuta holístico Paulo Ramos. Importante ressaltar que não encontrei documentos relativos à concepção e planejamento do Programa. No entanto, em que pese tal entrave para que tenhamos acesso ao pensamento que norteou sua implantação, a publicação “Ribeirão Pela Infância”, que divulga o “Pacto de Ribeirão Preto Pela Infância” deixa clara a disposição da prefeitura em cuidar da infância da cidade.

2.3 Pacto de Ribeirão Preto Pela Infância – 1993-1996

O documento oficial da Prefeitura de Ribeirão Preto “Ribeirão Pela Infância”, na primeira página, declara que “em Ribeirão Preto, o atendimento às necessidades de crianças e adolescentes é prioridade da administração municipal”, além de tencionar tornar público o reconhecimento de suas políticas públicas para a infância:

O Programa Ribeirão Criança tem por objetivo prestar assessoria e dar apoio à realização de projetos na área da infância. Entre suas mais importantes iniciativas estão a Rua das Tecnologias, o programa Viva Cidade e a implantação do Pacto de Ribeirão pela Infância.

A **Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto** foi uma das nove prefeituras do país a receber o **Prêmio Criança e Paz 1995** (grifo nosso) em reconhecimento às ações que vêm sendo desenvolvidas no município. O Prêmio foi criado pelo Unicef – Fundo das Nações Unidas pela Infância.

Em 1996, a Prefeitura de Ribeirão Preto está destinando mais da metade do orçamento municipal – 54% - à área social, sendo que aproximadamente 75% desses recursos serão investidos no atendimento à infância e à juventude¹⁰.

Tal documento demonstra a disposição da primeira administração petista em Ribeirão Preto para priorizar a área social, em especial, no que diz respeito à infância e à juventude. Acredito que não seja uma tarefa fácil encontrar uma administração pública, seja no âmbito municipal, estadual ou mesmo o federal, que invista ou tenha investido mais da metade de seu orçamento na área social, ainda mais priorizando, com 75% do valor investido na área social, a infância e a juventude.

O documento nos revela ainda o aprofundamento dessa vocação administrativa:

Durante a Conferência Nacional de Concessões e Parcerias, realizada em setembro de 1995, a Prefeitura Municipal, com o apoio do Unicef – Fundo das nações Unidas pela Infância -, assinou o **Pacto de Ribeirão Preto pela Infância**. O Pacto firmou o compromisso de buscar apoio entre entidades governamentais e não-governamentais para atuação conjunta no sentido de atingir metas nas áreas de Educação, Saúde, Bem-Estar Social, Cultura, Lazer, Esportes e Iniciação ao Trabalho.

Essas metas foram discutidas com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Preto e apresentadas a

¹⁰ Pacto Pela Infância, 1996, folder distribuído pela Prefeitura de Ribeirão Preto.

vários setores da comunidade para garantir a participação da sociedade civil organizada.

As ações da Prefeitura Municipal pela infância e adolescência de Ribeirão Preto estão em pleno desenvolvimento e já apresentam resultados bastante significativos, dando início ao cumprimento das **8 metas** estabelecidas pelo Pacto de Ribeirão Preto pela Infância, uma prioridade do governo municipal¹¹.

As metas do Pacto de Ribeirão Preto pela Infância foram as seguintes:

1. Aumentar a sobrevivência com redução da mortalidade infantil;
2. Ter 100% das crianças na escola;
3. Erradicar a mendicância e a exploração sexual infantojuvenil;
4. Erradicar a exploração da força de trabalho infantil nas áreas urbanas e rural e implantar uma rede articulada de ensino técnico-profissional, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente;
5. Implantar processos continuados para a prevenção da AIDS, Doenças Sexualmente Transmissíveis, drogas e gravidez na infância e na adolescência, em todas as escolas;
6. Implantar programas de Renda Mínima, de Subsistência ou de Redução da Taxa de Desemprego, destinados a todas as famílias com crianças e adolescentes em situação de risco;
7. Estender a 100% dos recém-nascidos os programas de detecção precoce de deficiências, com atendimento às necessidades especiais;
8. Consolidar espaços para práticas esportivas, de lazer, e de valorização da cultura local em todos os bairros da cidade, para o atendimento prioritário de crianças e adolescentes.

Na sequência, a publicação detalha as atividades e as instituições envolvidas no seu cumprimento.

O **Programa Ribeirão Criança** não só era responsável por gerir a Rua das Tecnologias e o programa Viva Cidade, como tinha a responsabilidade pela implantação do Pacto de Ribeirão pela infância. O Pacto de Ribeirão pela Infância era um programa guarda-chuva que, com a assessoria do Programa

¹¹ Idem.

Ribeirão Criança e sob a égide da interdisciplinaridade, buscava promover o bem-estar da infância e da juventude ribeirão-pretanas.

O documento que apresenta o Pacto segue detalhando o trabalho de cada instituição envolvida. Os itens 4 e 8 das metas do Pacto diziam respeito diretamente à atuação efetiva do Programa Ribeirão Criança, que, além de prestar assessoria à prefeitura municipal, objetivava:

4. Erradicar a exploração da força de trabalho infantil nas áreas urbanas e rural e implantar uma rede articulada de ensino técnico-profissional, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
8. Consolidar espaços para práticas esportivas, de lazer, e de valorização da cultura local em todos os bairros da cidade, para o atendimento prioritário de crianças e adolescentes.

Embora o Programa Ribeirão Criança atuasse em quase toda a cidade, a Rua das Tecnologias funcionava como um polo gerador de projetos que se espalhavam para outras regiões do município. Naquele local, propício para tempestade de ideias, encontravam-se coordenadores, oficinairos, cozinheiras, faxineiras, funcionários da prefeitura, policiais militares e da GCM, crianças, adolescentes e outros profissionais, fato que facilitava a troca de experiência entre os envolvidos.

O Projeto Rua das Tecnologias, do Programa Ribeirão criança, desenvolve oficinas culturais, artísticas e de lazer atendendo cerca de 350 crianças e adolescentes da Região Noroeste da cidade, em casas cedidas pela Cohab-RP. São oficinas de marcenaria, cinema de animação, música, origami, escultura, pintura, pipa, capoeira, xadrez e serigrafia. Em 1996, serão instaladas oficinas profissionalizantes, como escola de informática, escola de estética feminina, malharia, estamperia e emissora de rádio¹².

¹² Idem.

2.4 Segunda administração petista em Ribeirão Preto – 2001-2004

Como já dito, o Programa Ribeirão Criança teve lugar em dois momentos da administração petista em Ribeirão Preto. A segunda edição do Programa se deu entre 2001 e 2004, e teve um aporte financeiro muito maior, conseqüentemente, atendeu um número muito maior de crianças e adolescentes, em todo o município.

Optei por jogar luz no segundo período, pois, nesse momento, além de as ideias de seu fundamento já estarem sedimentadas, foi nele que a equipe de coordenação do projeto também aumentou; as reuniões se intensificaram e surgiu a construção do Projeto Político Pedagógico do Programa. Além disso, o coordenador Paulo Ramos decidiu que um dos maiores investimentos do Ribeirão Criança seria na área da música.

Apenas para efeito de comparação, no primeiro período do Programa, como é possível conferir acima, a Oficina das Ruas das Tecnologias atendia, aproximadamente, 350 crianças. Já no segundo período, somente a coordenação de música atendeu, aproximadamente, 12.750 crianças e adolescentes, por meio dos projetos:

1. Toque da Lata – Grupos de percussão com tambores de lata reciclados;
2. Curuminzada – Corais com em todas as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), com crianças de 6 anos de idade;
3. Oficina de Música da Rua das Tecnologias – Aulas de violão, guitarra, cavaquinho, contrabaixo, teclado e percussão;
4. Banda na Praça – Criação de seis bandas marciais, em Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) ;
5. Clínica Experimental de Musicoterapia – Clínica que atendia crianças do entorno da Rua das Tecnologias.
6. Ciranda da Meia-volta – Oficina de canto e dança, com base na ciranda;

Não há indícios, nos documentos investigados, de que o conceito bourdieusiano de “capital cultural” tenha servido, em algum momento, de base teórica para ou de horizonte a ser alcançado pelo Programa Ribeirão Criança.

Todavia, creio que seu objetivo principal, mesmo que intuitivamente, era investir contra os malefícios causados pela insuficiência de tal capital e, na medida do possível, contribuir para proporcionar momentos e ambientes nos quais a aquisição de capital cultural fosse facilitada, por meio da intensificação de relações sociais diversificadas, isto é, com tutores, professores, treinadores, cozinheiras, faxineiras, psicólogos, assistentes sociais, artistas oficinairos, enfim, com pessoas de origens diversas e capitais culturais também diversos. Tudo parecia funcionar como se as atividades do Programa buscassem compensar a falta de uma preparação doméstica negada às famílias de baixa renda, que possibilita o aprendizado efetivo na escola:

A possibilidade de aprendizado efetivo na escola requer a existência anterior, no ambiente doméstico e desde a mais tenra idade, de estímulos emocionais e morais (também invisíveis). Ninguém nasce com capacidade de concentração, disciplina e autocontrole, amor à leitura, pensamento prospectivo ou capacidade de pensamento abstrato (SOUZA, 2018, p. 16).

Sabemos que nas classes economicamente desprivilegiadas os filhos começam a trabalhar muito cedo, antes mesmo de completar o ciclo básico de ensino. Como tal condição é, de certo modo, hereditária, a violência simbólica causada pela falta de um estímulo à percepção do imaterial aprofunda as desigualdades econômica e cultural, como nos mostra Jessé Souza:

Em seu conjunto, essa herança imaterial permite a reprodução do privilégio da classe média real de uma geração à outra, transmitindo, por meio da socialização familiar típica da classe, o bom aproveitamento escolar e, mais tarde, o ingresso privilegiado no mercado de trabalho. A renda também ajuda a aprofundar a desigualdade, na medida em que as famílias de classe média podem comprar o tempo livre dos filhos apenas para o estudo. Nas classes populares, por outro lado, os filhos começam a trabalhar e estudar aos 12 ou 13 anos. Mas a injustiça começa no berço e fica evidente aos cinco anos de idade, quando uns chegam à escola como vencedores e os outros como perdedores. Ou seja, a renda auferida pelos integrantes adultos da classe média só existe por conta dessa reprodução invisível dos privilégios positivos na infância e na adolescência. Por aí se explica a renda diferencial dos indivíduos da classe média em relação aos das classes populares. Ao tornar invisível a reprodução de privilégios, a pseudociência liberal se torna manipuladora, invertendo causas e efeitos (SOUZA, 2018, p. 16).

Esse excerto do livro *A classe média no espelho - Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*, de Jessé Souza, parece explicar *a posteriori* qual teria sido, em profundidade, o pensamento que norteou a implantação do Programa Ribeirão Criança, isto é, a impressão que fica ao cotejar o *modus operandi* do Programa com o texto de Jessé Souza e a teoria bourdieusiana é a de que o Programa Ribeirão Criança buscava subverter a ordem social imposta à infância ribeirão-pretana, desenvolvendo sua inteligência interpessoal, isto é, sua capacidade de se relacionar com outras pessoas; sua inteligência intrapessoal - ou autoestima -, por meio do fazer artístico e da exposição pública do resultado desses fazeres; mas, sobretudo, proporcionando alternativas ao trabalho infantil, de modo que os responsáveis pelo seu público-alvo, embora estivessem, por falta de recursos, impedidos de comprar o horário livre dos filhos apenas para o estudo, vislumbassem uma alternativa à imediata inserção de suas crianças no mercado de trabalho.

Em outras palavras, tudo acontecia como se os pais e responsáveis pelas crianças atendidas estivessem cientes de que as oportunidades geradas pelo Programa Ribeirão Criança eram mais valiosas do que os poucos recursos que seus filhos conseguiriam no trabalho infantil informal. Logicamente, a possibilidade de seus filhos estarem em ambiente edificante, no contraturno da escola, acompanhados de profissionais qualificados, mais a alimentação oferecida, contribuiu sobremaneira para o apoio dos pais ao Programa.

Minha expectativa inicial era que todo esse trabalho tivesse resultado no acúmulo de capital cultural das crianças e adolescentes atendidos, e tal capital acumulado pudesse ter proporcionado mobilidade social, se não a todos os participantes, a uma parcela significativa deles.

Por outro lado, o mercado de trabalho do músico é muito diversificado, ele pode trabalhar tocando em bares, restaurantes, festas e eventos, mas também pode ser professor do seu instrumento, de teoria musical, de harmonia, além de fazer arranjos para grandes ou pequenos grupos, compor, criar *jingles* e trilhas, produzir e dirigir shows e gravações, dentre outras possibilidades. Sendo assim, por meio das redes sociais, acompanhei e ainda acompanho o trabalho de alguns profissionais que passaram por projetos de música do Programa Ribeirão Criança. Há regente de banda marcial, luthier, cancionistas, líder de grupo de samba, além dos que estão cursando faculdade de música.

2.5 Estrutural e estruturante

Sérgio Miceli, em *A Economia das Trocas Simbólicas*, apresenta o pensamento bourdieusiano no ponto em que ele se relaciona à construção do sentido das produções simbólicas.

Embora as críticas à abordagem estruturalista sejam pertinentes, elas me parecem datadas, pois, a linguística e a semiologia de Ferdinand de Saussure ganharam densidade na abordagem do linguista dinamarquês Louis Hjelmslev e, depois, se transfigurou em semiótica por meio do pensamento de Algirdas Julien Greimas, lituano radicado na França. Já no estado semiótico, incorporou a contextualização e a intertextualidade, e esse foi um passo fundamental para que o fundador estudo da imanência do objeto significativo transbordasse para as relações sociais, para a diacronia e, logicamente, para que se chegasse à conclusão de que tais estruturas de significação são estruturais e estruturantes.

Como não é objetivo deste trabalho cotejar a semiótica de linha francesa com a sociologia bourdieusiana, manteremos essa discussão suspensa, aqui, e assumiremos o discurso bourdieusiano. Nessa perspectiva, Pierre Bourdieu privilegia em sua abordagem as funções sociais da produção simbólica, que, não raramente se transformam em funções políticas, segundo Miceli (2011, p. X), “na medida em que a função lógica de ordenação do mundo subordina-se às funções socialmente diferenciadas de diferenciação e de legitimação das diferenças”.

Desse modo, o sociólogo francês busca retificar o que ele chama de “teoria do consenso” da significação simbólica, instaurando uma teoria que dê conta de revelar as condições materiais e institucionais, que servem de base e norte para a criação e/ou transformação do que ele chama de “aparelhos de produção simbólica”. Assim, tais aparelhos seriam observados com foco na sua função estruturante, que suplanta, do ponto de vista sociológico, seus encargos focados na comunicação e/ou no conhecimento.

Segundo Sérgio Miceli (2011), Bourdieu visa a aliar o conhecimento da organização interna do campo simbólico a uma percepção de sua função ideológica e política e dar legitimidade à ideia de uma ordem arbitrária na qual é fundado o sistema de dominação vigente, tendo no horizonte que a eficácia do campo simbólico depende da possibilidade de ordenação do mundo natural e

social por meio de discursos e representações, que, segundo o autor, “não passam de alegorias que simulam a estrutura real das relações sociais” (MICELI, 2011, p. XV).

Não é difícil concluir, então, com base na teoria bourdieusiana, que não há como haver relações de sentido que não tenham como referência e não sejam determinadas por um sistema de dominação. Em uma palavra, o campo cultural é constituído, dentre outras coisas, por aparelhos de produção simbólica que, em última instância, objetivam a dominação dos estamentos sociais subalternos, em uma sociedade de classes.

A produção simbólica, segundo Bourdieu, é responsável pela organização do mundo e pela fixação de um consenso a respeito de si; função lógica que propicia à cultura dominante legitimar certo regime de dominação.

Bourdieu recusa-se a tornar o agente social mero “suporte” de estruturas investidas do poder de determinar outras estruturas e **institui como objeto “as leis segundo as quais as estruturas tendem a se reproduzir produzindo os agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e contribuindo, por esta via, para reproduzir tais estruturas** (grifo nosso). A mediação operada pelo agente tendo em vista a reprodução social associa-se, segundo a mesma tradição, ao papel estratégico que o processo de socialização desempenha através das agências educativas, seja o sistema de ensino, seja os meios de comunicação de massa, seja a inculcação familiar. **Deste ângulo, a ênfase recai, portanto, no processo de moldagem por que passa o agente a fim de incorporar os princípios e as significações de um determinado arbitrário cultural** (grifo nosso) (MICELI, 2011, p. VIII-IX).

Bourdieu, no que tange o campo simbólico – ou cultural -, tem por objetivo unir o estudo estruturalista da significação, isto é, da lógica imanente dos objetos de significação ou dos bens simbólicos, ao entendimento da função ideológica e política do campo, para trazer à luz uma ordem arbitrária na qual se baseia o sistema de dominação vigente.

Importante destacar que, para Bourdieu, a eficácia da organização interna do campo simbólico é decorrente do fato de que esse campo possa ordenar e explicar o mundo natural e a sociedade, por meio de discursos e representações, segundo o sociólogo francês, como já citado, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais.

Tal solução liga-se a uma determinada imagem da sociedade e, em particular, da sociedade capitalista cujo desenvolvimento baseia-se

numa divisão do trabalho altamente complexa e diferenciada a que corresponde uma sociedade de classes, cujas posições respectivas e cujo peso relativo encontram seu fundamento nas formas pelas quais reparte, de maneira desigual, o produto do trabalho, sob as modalidades de capital econômico e cultural (MICELI, 2011, p. XIV).

2.6 Arbitrário cultural

Bourdieu denomina a imposição da cultura dominante, apresentada sob um falseador véu de legitimidade, de arbitrário cultural, pois não há critérios científicos que possam definir a superioridade de uma cultura sobre a outra. Os significados e valores que orientam os grupos sociais são arbitrários porque

a seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária na medida em que a estrutura e as funções desta cultura não podem ser deduzidas de qualquer princípio universal, físico, biológico ou espiritual, não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna com “a natureza das coisas” ou com uma natureza humana” (MICELI, 2011, p. XXV-XXVI).

Segundo Bourdieu, a instituição que cumpre a função de reproduzir e, ao mesmo tempo, legitimar as desigualdades por meio do arbitrário cultural é a escola.

A reprodução seria garantida pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar tenderiam a alcançar sucesso escolar, pois pertenceriam às classes dominantes. Com isso, a legitimidade das desigualdades sociais acorreria, indiretamente, pela negação do privilégio cultural dissimuladamente oferecido aos filhos das classes dominantes julgadas como habilidades naturais (...). Nesse sentido, é possível concluir que a escola, além de divulgar o arbitrário cultural e reforçar as desigualdades, mascarando seus mecanismos de seleção, por meio da ideologia do dom e da meritocracia (Bourdieu, 2001), também incute um habitus que seja mantido mesmo depois do fim do trabalho escolar. Isso é o que confere ao mercado escolar uma autonomia relativa, que parece justificar a ideologia do mérito (GONDIM, p. 46-47).

Como já citado, o sociólogo Jessé Souza, em *A Elite do Atraso*, chama nossa atenção para o fato de que a classe média compra o horário livre de seus filhos para que possam somente estudar e, de certa forma, já transmite, pelo menos as famílias “cultas”, o gosto pela cultura, ou, no mínimo, a consciência de

que existem diversas modalidades de arte. O autor aprofunda tais ideias em *A Classe Média no Espelho*.

Diante do exposto, não resta dúvida de que a produção simbólica, a cultura mesmo, seja estruturada e estruturante. O ponto de vista apresentado até aqui expõe um processo de estruturação social, por meio da cultura, de modo negativo, a partir do qual a dominação e a desigualdade social são edulcoradas pela arbitrariedade cultural, que apresenta a cultura da classe dominante como a legítima. Todavia, se a produção simbólica é estruturante do ponto de vista da dominação e da desigualdade social, ou seja, no âmbito da negatividade, creio que seria razoável postular que haja também uma “revolução simbólica”, por meio da qual instituições possam, à maneira de Prometeu, oferecer aquilo que é negado pelas sociedades capitalistas à população pobre, isto é, propiciar o acúmulo de capital cultural de modo a proporcionar menos desigualdade no competitivo jogo social (NEVES, 2009).

Certamente, as oficinas de arte e artesanato, e o próprio Programa Ribeirão Criança, configuraram um aparelho de produção simbólica, coube-me investigar se essa produção teve como resultado a manutenção da desigualdade por meio do arbitrariedade cultural ou se ofereceu subsídios aos participantes para a acumulação de capital cultural, e se tal acúmulo resultou na resignificação do *habitus* daqueles que participaram do Programa.

Como dito inicialmente, o caráter de minha pesquisa é qualitativo e seu foco é investigar se quando uma política pública amplia o acesso ao capital cultural isso implica a possibilidade ou a probabilidade de ruptura das condições estruturais e o surgimento de condições que propiciem a mobilidade social por meio da mudança do *habitus*.

Essa dissertação teve a intenção de estudar o impacto das aulas de música em ex-alunos que hoje são profissionais da área, isto é, buscou compreender de que maneira o Programa Ribeirão Criança, em especial os projetos Toque da Lata e Banda na Praça, contribuíram para a escolha da profissão de músico, para sua formação profissional e para sua atual condição de vida e bem-estar social. Além disso, após a análise as entrevistas que realizadas com quatro ex-alunos, busquei verificar qual foi o impacto do aumento do capital cultural na vida dessas pessoas.

CAPÍTULO 3

MOBILIDADE SOCIAL E MUDANÇA DE *HABITUS*: OS EGRESSOS DO PROGRAMA RIBEIRÃO CRIANÇA

Na segunda edição do Programa Ribeirão Criança, de 2001 a 2004, seu coordenador, Paulo Ramos, decidiu privilegiar a música nas atividades do Programa Ribeirão Criança, para isso, foi contratado um coordenador geral de música, que escolheu um coordenador para cada projeto. Foram criados, então, seis projetos de música já citados, os quais agora detalho um pouco mais, que atenderam cerca de 12.750 crianças e adolescentes.

O projeto “Curuminzada” implantou corais com crianças de seis anos, em todas as escolas públicas de Educação Infantil, além de uma creche privada. À época, as crianças de seis anos ainda pertenciam à Educação Infantil, diferentemente dos dias atuais em que esse público pertence ao Ensino Fundamental I.

Além de aprenderem novas canções, inclusive com letras em francês e japonês, os pequenos coralistas se apresentavam em eventos do Programa e em eventos oficiais. O “Curuminzada” teve seu ponto mais alto quando foi criado um enorme coral, com todas as crianças participantes, cerca de 2.000, que se apresentou na Esplanada em frente ao Theatro Pedro II, acompanhado por uma banda profissional ao vivo. Por pouco o “Curuminzada” não entrou para o *Guinness Book*.

Foto 1 – Apresentação do Curuminzada



Fonte: Autor

Foto 2 – Apresentação do Curuminzada



Fonte: Autor

A “Oficina de música da Rua das Tecnologias” oferecia aulas de violão, guitarra, cavaquinho, contrabaixo, teclado e percussão, com professoras altamente qualificados, e acontecia em duas das casas da Rua das Tecnologias. Todos os alunos se apresentavam com certa frequência em eventos oficiais e em pequenos festivais promovidos pelo Programa.

Foto 3 – Apresentação da Oficina de música da Rua das Tecnologias.



Fonte: Autor.

A Clínica Experimental de Musicoterapia foi criada a partir de uma parceria com a Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Uma musicoterapeuta foi contratada para coordenar o projeto e os atendimentos a crianças do entorno da Rua das Tecnologias eram feitos por estagiários do curso de musicoterapia.

Embora o foco do Ribeirão Criança fosse a criança e o adolescente, a coordenação imaginou que seria muito interessante aproximar o público idoso do público infantil, então, foi criado o projeto “Ciranda da Meia-volta”, com oficinas de canto e dança para idosos, com base na ciranda. Uma professora de música e uma de dança foram contratadas para coordenar o projeto.

A principal resultante desse projeto foi, além de se estimular a autoestima dos idosos, proporcionar a interação entre crianças e idosos, à moda de avós e netos. Ocupando o mesmo espaço, não havia como esses dois públicos, em tese, tão diversos, não entrarem em contato.

O projeto “Banda na Praça” consistiu na criação de seis bandas marciais, em Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e a revitalização de duas que ainda estavam ativas.

Os regentes das bandas que resistiram tinham conhecimento musical muito raso, além disso, não dominavam a notação musical, tampouco as técnicas de harmonia e arranjo.

Foram selecionados alunos da rede pública que tinham experiência com banda marcial para coordenar os trabalhos das novas bandas e mantivemos no projeto as bandas e os regentes remanescentes.

Então, o Ribeirão Criança fez uma parceria com a Banda da Polícia Militar, que cedeu seu espaço de ensaio para que aulas de estruturação musical, harmonia e arranjo fossem ministradas tanto para os coordenadores das bandas como para os integrantes da Banda da PM.

Foto 4 – Projeto Banda na Praça



Fonte: Autor

Foto 5 – Projeto Banda na Praça



Fonte: Autor

O projeto Toque da Lata envolveu aproximadamente 500 crianças e adolescentes que percutiam em recipientes reciclados.

Para facilitar a execução de ritmos complexos, o grupo foi dividido em quatro naipes, seguindo o modelo polifônico da música no qual o resultado de cada modelo de ritmo simples, tocado por cada naipe, resultava num complexo ritmo.

Os ensaios aconteciam no Centro Cultural do Programa Ribeirão Criança, próximo à Rua das Tecnologias, também em todos os Núcleos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de Ribeirão Preto.

Como será possível ver adiante, o Toque da Lata acabou se tornando um dos mais importantes do Programa, e a junção do Toque da Lata com o Banda na Praça talvez tenha sido a atividade que mais marcou a atuação da

coordenação de música do Ribeirão Criança. O desfile de 7 de setembro em que aproximadamente 500 crianças e adolescentes dos dois projetos percorreram a avenida Paschoal Innechi acompanhando um trio elétrico no qual músicos profissionais tocavam temas especialmente criados para o Programa ainda hoje habita a memória daqueles que presenciaram tal momento.

3.1 Dados e análises

Foram quatro entrevistados¹³, três dos quais se identificaram com o gênero masculino e um com o gênero feminino. Três são casados e um solteiro, porém, com relação estável com quem já esteve casado. De acordo com as autodeclarações étnico-raciais, são três negros e um branco, embora um deles alegue se identificar também com a etnia indígena. Três são naturais de Ribeirão Preto e um de São Paulo; três vivem em Ribeirão Preto, com exceção de um deles, que é natural de São Paulo e, embora já tenha morado em Ribeirão Preto, vive atualmente em São Luís – MA.

Excetuando-se **Orlando**, que atualmente vive no Centro de São Luís, os demais egressos do Programa vivem em bairros da Zona Norte de Ribeirão Preto. Dois têm um filho e dois não os têm.

Quadro 1 – Dados básicos dos egressos entrevistados

	Idade	Gênero	Estado Civil	Etnia	Cidade de Nascimento	Cidade Atual	Bairro Onde vive	Filhos	Com quem mora	Renda/casa	Renda familiar total
A	33	M	S	Preta	RP	RP	Antônio Marinceck	0	Mãe	A + mãe	5/6 SM
D	34	F	C	Branca	RP	RP	Adelino Simioni	0	Marido	D + marido	5/6
O	32	M	C	Preto/Indígena	SP	São Luís - MA	Centro	1 filha	Esposa e enteada	O + esposa	3/4
R	39	M	C	Parda	RP	RP	Vila Virgínia	1 filha	Esposa e filha	R	5/6

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

¹³ Os nomes aqui apresentados são fictícios.

Dois dos entrevistados compõem a renda com seu cônjuge, um com a mãe, e **Rogério** afirma ser o único responsável pela renda familiar. Os três entrevistados que vivem em São Paulo afirmaram ter renda familiar entre cinco e seis salários-mínimos, e **Orlando**, que vive em São Luís, disse ter renda familiar entre três e quatro salários-mínimos.

Com base no salário-mínimo de R\$ 1.212,00¹⁴, que vigorou até dezembro de 2022, **Alípio**, **Débora** e **Rogério** teriam renda anual de R\$ 78.780,00, caso consideremos a renda de cinco salários-mínimos, ou de R\$ 94.513,00, se considerarmos uma renda de seis salários-mínimos. No caso de **Orlando**, considerado o mesmo valor do salário-mínimo, teria renda anual de R\$ 47.268,00, considerada a renda de três salários-mínimos, ou de R\$ 63.024,00, considerada a renda de quatro salários-mínimos.

As estimativas do Instituto de Pesquisas Aplicadas - Ipea¹⁵ apontam que o rendimento habitual médio real em dezembro de 2022 foi de R\$ 2.856, que multiplicados por 13, perfazem o total de rendimento médio anual de R\$ 37.128,00.

Considerando os patamares mais altos indicados pelos entrevistados, a saber, 4 e 6 salários-mínimos, a renda anual por morador em idade ativa, na família de **Alípio**, **Débora** e **Rogério**, isto é, a renda informada dividida por dois coabitantes adultos, ou seja, a renda *per capita* familiar (R\$ 47.256,5), teria sido, no ano de 2022, aproximadamente, 27% maior do que a média da renda anual do trabalhador brasileiro. No caso de **Orlando**, a renda *per capita* familiar anual (R\$ 31.512,00) teria sido de 84% da renda média nacional.

Em geral, de acordo com vários indicadores, a renda média anual dos sudestinos é o dobro da renda média anual dos nordestinos. Considerando essa nefasta variação, **Orlando**, que vive do Nordeste, teria tido 34% a mais de renda, se compararmos aos 50% aferidos, em média, no Sudeste brasileiro.

Em contrapartida, **Rogério**, que disse ter a responsabilidade total da renda familiar (R\$ 94.513,00), pois seu cônjuge não trabalha, recebeu,

¹⁴ O salário médio do trabalhador brasileiro registrou queda de 6,9% em 2022, valor acima da média mundial de 3,19% registrada em 50 países no mesmo período, segundo relatório da Oxfam.

¹⁵ Informações disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13622-rendimentos-do-trabalho-crescem-8-3-no-quarto-trimestre-de-2022>. Acesso em 29/06/2023

aproximadamente, o equivalente a 254% da renda média nacional, se avaliado individualmente. Se considerarmos que o IBGE afirma que, no Brasil, trabalhadores pardos ganham, em média, 38,4% a menos do que os trabalhadores brancos, **Rogério** teve um ótimo desempenho salarial

Segundo o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), os ganhos de pessoas de classe média giram em torno de R\$ 2.284 a R\$ 9.847 por mês¹⁶. Confira a classificação comumente utilizada:

- Classe A: Superior a R\$ 22 mil;
- Classe B: Entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil;
- Classe C ou Classe Média: Entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil;
- Classes D/E: Até R\$ 2,9 mil.

Aceita essa classificação, podemos afirmar que todos entrevistados são trabalhadores de classe média, sendo que **Alípio, Débora e Rogério** pertencem à subclasse “B”, e **Orlando** pertence à subclasse “C”.

Do ponto de vista estrito da renda individual e familiar, acredito que esteja claro que os quatro entrevistados egressos do Programa Ribeirão Criança gozem de relativo conforto salarial, posto que, de acordo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, 70% dos profissionais brasileiros com carteira assinada recebiam, em 2022, até 2 salários-mínimos¹⁷. Se dividimos os trabalhadores nas faixas salariais de 1, 2 e 3 salários-mínimos, a configuração é a seguinte:

- Até 1 salário-mínimo (R\$ 1.212): 35,63% – 34.766 milhões de pessoas.
- Entre 1 a 2 salários-mínimos (R\$ 2.424) – 30.798 milhões de pessoas.
- Acima de 2 salários-mínimos – 32.009 milhões de pessoas.

¹⁶Informações disponíveis em <https://capitalist.com.br/voce-se-considera-classe-media-no-pais-saiba-como-descobrir/> Acesso em 29/06/2023.

¹⁷ Informações disponíveis em <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/carreira/70-dos-profissionais-de-carteira-assinada-ganham-no-maximo-dois-salarios-minimos-diz-estudo> Acesso em 29/06/2023.

Então, os entrevistados pertencem à minoria da população ativa, com carteira de trabalho assinada, que ganha mais de 2 salários-mínimos. Nenhuma grande vantagem, se levarmos em conta que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) afirma que o salário necessário para o trabalhador brasileiro, em relação ao valor da cesta básica, teria de ser R\$ 6.571,52, em lugar dos atuais R\$ 1.302,00. Mas, do ponto de vista real e comparativo, gozam de uma posição, digamos, “privilegiada”.

Examinei, até o momento, a situação dos entrevistados apenas sob o aspecto da renda, em um dado momento. Desse ponto de vista, já temos uma “fotografia”, graças à fotogenia dos entrevistados. Todavia, de acordo com o principal objetivo deste trabalho, necessito investigar o grau de influência do capital cultural, principalmente aquele oferecido pelo Programa Ribeirão Criança, no que concerne à mobilidade social dos entrevistados. Para isso, a seguir, investigaremos a situação de seus ascendentes de primeiro e segundo graus e compará-la com seus descendentes.

Quadro 2 – Dados dos pais dos entrevistados

	Naturalidade da mãe	Escolaridade da mãe	Função da mãe	Naturalidade do pai	Escolaridade do pai	Função do pai
A	Campinas - SP	Superior	Pedagoga	Sertãozinho - SP	Fundamental	Vendedor
D	Pedregulho - SP	Estudou até a 5ª série do fundamental. Depois de madura, completou o médio.	Auxiliar de serviços gerais	Ribeirão Preto - SP	5 série	Metalúrgico
O	São Luís - MA	Ensino médio	Auxiliar de serviços gerais	Icatu - MA	Ensino médio	Marceneiro
R	Rincão - SP	Fundamental	Do lar ¹⁸	Guataporã - SP	Fundamental incompleto	Auxiliar químico

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

Os pais de três dos entrevistados são naturais do interior de São Paulo, com exceção de **Orlando**, cujos pais são do interior do Maranhão. Três

¹⁸ Usarei a expressão “do lar” para identificar quem não trabalhava fora de casa e “doméstica” para quem trabalhava fora de casa ou para outras pessoas.

deles estudaram até o Ensino Fundamental completo; três não completaram o Ensino Fundamental; três alcançaram Ensino Médio e, apenas um cursou o Ensino Superior.

Esse pequeno panorama nos mostra de imediato que à quase totalidade dos pais foi negado um maior acesso ao capital cultural certificado, certamente o mais importante no que concerne à prova de um conhecimento geral - ou mais comumente, específico – que proporcione o alcance de um bom emprego, com salários mais dignos. Com exceção de um, que cursou Pedagogia, todos os outros não avançaram além do Ensino Básico. Talvez, em decorrência disso que três mães tiveram como profissão o auxílio de serviços gerais e o trabalho doméstico. A mãe que alcançou o Ensino Superior cursou Pedagogia e quatro dos pais tiveram profissões adquiridas na prática, segundo o relato dos entrevistados, a saber, vendedor, metalúrgico e auxiliar químico, e um deles, o marceneiro, herdou os conhecimentos do pai, que foi carpinteiro de embarcação.

Esse quadro, em comparação com o anterior, apresenta-nos um panorama por meio do qual nos permite conjecturar que houve avanço no que diz respeito à mobilidade social em relação aos seus pais, pois, todos os entrevistados têm uma profissão, além de estar de posse – ou quase – de um certificado de curso superior.

Entretanto, falta-nos examinar os dados dos ascendentes de segundo grau, isto é, dos avós maternos e paternos.

Quadro 3 – Dados dos avós paternos dos entrevistados

	Naturalidade do avô paterno	Escolaridade do avô paterno	Função do avô paterno	Naturalidade da avó paterna	Escolaridade da avó paterna	Função da avó paterna
A	MG, sem precisão da cidade	Nunca teve contato com ele	Boia-fria e benzedeiro	MG, sem precisão da cidade	Talvez primária.	Do lar e benzedeira.
D	Ribeirão Preto - SP	Ensino médio	Auxiliar de enfermagem	Ribeirão Preto - SP	Alfabetizada	Do lar
O	Icatu- MA	3ª série	Carpintaria naval	Humberto de Campos - MA	7ª série	Do lar, doméstica e cantora dileitante
R	Sertãozinho – SP.	Não foi à escola.	Administrador de fazenda.	Ribeirão Preto - SP	Alfabetizada pelos filhos.	Do lar

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

Quadro 4 – Dados dos avós maternos

	Naturalidade do avô materno	Escolaridade do avô materno	Função do avô materno	Naturalidade da avó materna	Escolaridade da avó materna	Função da avó materna
A	MG, sem precisão.	Primária, sem precisão.	pedreiro	MG, sem precisão.	Primária, sem precisão.	Cozinheira
D	MG, sem precisão.	Alfabetizado	Pedreiro	MG, sem precisão	Analfabeta	Do lar
O	Supõe que seja em Viana ou Balsa , MA	Não sabe	Roceiro	Viana - MA	Não sabe	Do lar
R	Ribeirão Preto - SP	Fundamental	Motorista	Ribeirão Preto - SP	Analfabeta	Do lar

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

Todos os avós maternos e paternos são ou eram naturais do interior de São Paulo, Minas Gerais e Maranhão. Mas o que salta aos olhos é a quantidade de imprecisões em relação à origem dos avós. Aos entrevistados não foi possível, por desconhecimento, apontar qual é – ou era – a naturalidade de 7 dos 16 ascendentes de segundo grau.

Nenhum dos dezesseis ascendentes de segundo grau, como por mim esperado, alcançou o Ensino Superior. Apenas um alcançou o ensino médio e somente um, também, chegou a completar o Ensino Fundamental. Quatro dos quais cursaram o Ensino Fundamental, mas não o completaram. Dois apenas foram alfabetizados, um deles pelos filhos, isto é, em idade adulta. Três eram analfabetos e um deles nem chegou a frequentar a escola. De quatro deles, os entrevistados não sabiam informar o grau de escolaridade.

Ao examinarmos as principais ocupações dos ascendentes de segundo grau dos entrevistados, como era de se imaginar, constatamos que quase todos se ocupavam de prestação de serviços.

Das oito avós dos entrevistados, sete faziam serviços domésticos em seu próprio lar. Em comparação com suas mães, podemos afirmar que estas últimas apenas deixaram de fazer um tipo de serviço que não era remunerado para fazer o mesmo tipo de serviço, só que de maneira remunerada, afinal, auxiliar de serviços gerais, limpa, lava, arruma, passa, ou seja, trabalha com serviços similares aos serviços domésticos, mas num espaço geralmente mais amplo.

Podemos concluir, diante do exposto, que esse pequeno quadro indicia a estrutural força do patriarcado como obstáculo à emancipação do trabalho feminino, pois apenas uma das avós exercia serviço remunerado, a saber, a avó materna de **Alípio**, que era cozinheira.

Ao analisarmos a trajetória familiar de **Débora**, que é do sexo feminino, constatamos que sua avó era do lar, sua mãe, auxiliar de serviços gerais, e ela, como veremos adiante, uma professora, com ensino superior.

No caso dos avôs, o quadro não é muito diferente: somente um deles exercia função dependente de capital cultural certificado, a saber, o avô de paterno de **Débora**, que trabalhava como auxiliar de enfermagem. De resto, dois eram pedreiros; um motorista; um administrador de fazenda (função àquela época certamente exercida como a de um caseiro); dois boias-frias (um deles identificado como “roceiro”) e um carpinteiro naval.

Gostaria de registrar algumas peculiaridades dos ascendentes de segundo grau. Os avós paternos de **Alípio** eram benzedeiros. Segundo o entrevistado, sua avó era uma das mais famosas benzedadeiras de Ribeirão Preto e atuava no bairro do Ipiranga.

Os avós paternos de **Orlando**, também são singulares nas suas atividades secundárias. Sua avó paterna, de acordo com o entrevistado, era cantora no coro da orquestra da Ilha de Carrapatal, no município de Humberto de Campos, no Maranhão.

Em 2020, o município de Humberto de Campos tinha 28.932 habitantes. Considerando que a Ilha de Carrapatal, segundo o entrevistado, é um distrito de Humberto de Campos, é possível imaginar quantos habitantes lá viviam, sete, oito ou mais décadas atrás.

Seu avô era carpinteiro naval, isto é, ele construía e reparava embarcações e seus acessórios, uma função que certamente exige muita criatividade, pois, se em geral a carpintaria trabalha com madeira bruta, no caso da carpintaria naval, o profissional, além de trabalhar com a madeira bruta, atua com senso estético.

Em resumo, os ascendentes de segundo grau dos entrevistados, em geral, foram serviçais – excluindo-se a acepção pejorativa do termo – que não tiveram acesso ao capital cultural certificado e, certamente, pouco acesso ao capital cultural que não fosse oriundo da tradição oral.

Impossível não citar que, embora tenha havido alguns lapsos de memória dos entrevistados ao buscar as origens geográficas de seus ascendentes de segundo grau, a memória ligada à herança simbólica irrompeu clara e forte. Não à toa, **Alípio** me relatou detalhadamente as atividades, digamos, espirituais, de seus avós paternos como benzedeiros e **Orlando** fez o mesmo em relação ao seu avô, que era carpinteiro naval, atividade, do meu ponto de vista, dependente de grande dose de criatividade e senso estético. O percurso familiar de **Orlando** começa com seu avô carpinteiro naval, passa por seu pai que migrou da carpintaria naval para a marcenaria, como construtor de móveis, e chega a ele próprio, que trabalhou com o pai na marcenaria e, atualmente, migrou para a *luthieria*¹⁹ de instrumentos de percussão.

Quadro 5 – Dados dos cônjuges dos entrevistados

	Naturalidade do cônjuge	Onde o cônjuge vive atualmente	Ocupação profissional do cônjuge	Escolaridade do cônjuge
A	No momento não está casado	—	—	—
D	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Técnico em radiologia	Ensino Médio Técnico
O	Rio de Janeiro	São Luís	Cientista Social	Superior
R	Sertãozinho	Ribeirão Preto	Proprietária de uma agência de marketing	Superior incompleto

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

O que chama a atenção no quadro dos cônjuges é o fato de todos eles serem possuidores de capital cultural certificado, situação que os levou a conseguir empregos “não servisais”, que certamente contribuíram para que a composição da renda familiar dos entrevistados alcançasse um patamar acima da média nacional.

¹⁹ O termo *luthieria* deriva de *luthier* que, originalmente, designava o construtor de instrumentos de corda, como violino, viola de orquestra, violoncelo etc. Atualmente, é utilizado para qualquer atividade relacionada à construção de instrumentos de corda e de percussão, incluindo-se o violão, a guitarra elétrica etc.

Quadro 6 – Dados sobre escolaridade e ocupação dos entrevistados

	Grau de escolaridade	Escola pública / privada	Curso	Data em que se formou	Ocupação principal	Ocupações anteriores
A	Superior incompleto -	Pública	Produção musical e licenciatura em música	Curso em andamento	Músico	Sim, técnico em enfermagem
D	Superior	Pública	licenciatura em artes	2014	Prof. ^a de artes e artista visual	Sim, auxiliar de produção metalúrgica
O	Superior incompleto	Pública	licenciatura em música	Curso em andamento	Músico, prof. De percussão e luthier de instrumentos de percussão.	Sim, trabalhou com o pai na marcenaria.
R	Superior incompleto	Pública	Licenciatura em música	Curso em andamento	Regente, prof. de prática de conjunto e editor de partituras.	Sim, trabalhou com o pai como auxiliar de jardineiro, manutenção de piscinas e entregador de marmitas.

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

Como já vimos, todos os entrevistados tiveram origem periférica e humilde, portanto, não há como não ficar surpreso como o fato de todos eles estarem cursando ou terem cursado uma faculdade. E mais: todos decidiram pela licenciatura, portanto, serão professores de música, com exceção de **D**, que já é professora de artes.

Todos os entrevistados, também, já exercem a profissão para qual estão aprofundando seus estudos. **Alípio**, **Orlando**, e **Rogério** são músicos e **Débora** é artista visual. Com exceção de **Alípio**, todos já trabalham como professores e estão envolvidos com projetos sociais.

A surpresa citada advém do fato de todos já terem passado pelo mercado de trabalho, inclusive com capital cultural certificado, como é o caso de **Alípio**,

que trabalhou como técnico de enfermagem. **Débora** foi auxiliar de metalurgia, mas me confessou que não gostava do ambiente, sentia falta de criatividade. **Orlando** já teve mais sorte, pois embora tenha trabalhado na marcenaria do pai, essa função lhe redeu subsídios para que se tornasse *luthier* de instrumentos de percussão. Creio que quem tenha corrido mais risco de não seguir um percurso instrucional tenha sido **Rogério**, que trabalhou em atividades “serviçais” domésticas, como ajudante de manutenção de piscinas e de jardim, além de ter sido entregador de marmitas.

Logicamente, se os entrevistados tiveram de estudar quando tinham idade para a qual se preconiza estudos e diversão, isso se deu por necessidade de complementação de renda familiar. Desse modo, como já nos mostrou Jessé Souza, em muitos casos, crianças já chegam à escola como perdedoras.

(...) A renda também ajuda a aprofundar a desigualdade, na medida em que as famílias de classe média podem comprar o tempo livre dos filhos apenas para o estudo. Nas classes populares, por outro lado, os filhos começam a trabalhar e estudar aos 12 ou 13 anos. Mas a injustiça começa no berço e fica evidente aos cinco anos de idade, quando uns chegam à escola como vencedores e os outros como perdedores (...) (SOUZA, 2018, p. 16).

Mesmo assim, os entrevistados desmontaram a lógica social perversa e moveram-se de um estágio inferior, do ponto de vista de trabalho e renda, para um estágio, como já vimos, que os coloca em um patamar privilegiado, em que pese seus pais não terem podido comprar seu tempo livre apenas para os estudos.

(...) Ou seja, a renda auferida pelos integrantes adultos da classe média só existe por conta dessa reprodução invisível dos privilégios positivos na infância e na adolescência. Por aí se explica a renda diferencial dos indivíduos da classe média em relação aos das classes populares. Ao tornar invisível a reprodução de privilégios, a pseudociência liberal se torna manipuladora, invertendo causas e efeitos (SOUZA, 2018, p. 16).

Como já dito, nem todos entrevistados estão formados devido às dificuldades impostas pela pandemia, caso contrário, todos já estariam de posse do diploma em nível superior.

De acordo com a OCDE, “a conclusão do ensino superior aumentou fortemente na maioria dos países da OCDE – Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico - entre os jovens de 25 a 34 anos. A parcela média

de adultos mais jovens com nível superior aumentou de 27% em 2000 para 48% em 2021²⁰. No entanto, no Brasil, de acordo com os mesmos estudos, apenas 21% dos jovens, entre 25 e 34 anos, concluíram o Ensino Superior. Segundo dados do IPEA, o número de concluintes do ensino de graduação pulou de 352.305, em 2001, para 865.161, em 2011²¹.

O privilégio dos projetos de música no Programa Ribeirão Criança se dá na sua segunda edição, de 2001 a 2004. Portanto, não é ilegítimo postular que os entrevistados, 3 do projeto “Toque da Lata” e 1 do projeto “Banda na Praça”, na mesma época, passaram a viver em uma país no qual a educação ganhou relativo destaque e, por esse motivo, começaram a vislumbrar a possibilidade de alcançar a faculdade, como de fato aconteceu.

Se apenas 21% dos jovens, entre 25 e 34 anos, concluíram o Ensino Superior, não há nada de errado em afirmar que eles, atualmente, fazem parte de uma elite cultural possuidora de capital cultural certificado superior.

Como dito antes, os entrevistados não tiveram a sorte de seus pais comprarem seu tempo livre para o estudo, mas, com grande esforço, souberam utilizar parte do seu tempo de lazer e de descanso para buscar conhecimentos e, conseqüentemente, uma posição que os permitisse relativo bem-estar, principalmente se comparado com os 79% dos jovens entre 25 e 34 anos que não tiveram a mesma oportunidade.

Em geral, antes de 2003, o troféu do Ensino Superior não chegava a ser desejado pelas classes menos abastadas, por diversos motivos, mas, creio que o principal tenha sido o pequeno número de vagas disponíveis. Para que essa mudança fosse possível, a criação de novas universidades, novos *campi* universitários, Institutos Federais e a Lei Nº 12.711, promulgada em 29 de agosto de 2012, que reserva de 50% das vagas nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio para pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de escola pública, foi fundamental.

Nos governos do Partido dos Trabalhadores

²⁰ Informações disponíveis em <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm/?refcode=20190209ig> Acesso em 29/06/2023.

²¹ Informações disponíveis em https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios_cap_03.pdf Acesso em 29/06/2023.

foram criadas 18 novas universidades federais e 173 campi universitários, praticamente duplicando o número de alunos entre 2003 e 2014: de 505 mil para 932 mil. Os institutos federais também tiveram uma grande expansão durante os governos do PT: foram implantados mais de 360 unidades por todo o país²².

Foi sob esse quadro da educação brasileira que crianças e adolescentes oriundos do Programa Ribeirão Criança cresceram e se desenvolveram.

Quadro 7 – Dados sobre o estilo de vida dos entrevistados

	Costuma ouvir música?	Como?	Principais gêneros ouvidos	Cite 3 músicos ouvidos com frequência	Gêneros de filme de que mais gosta	Destinos de viagem de mais gostou	Seus pais o levavam ao cinema?	O que iam ver	
A	sim	Streaming	Instrumental brasileira, samba e jazz	Milton Nascimento, Moacir Santos e Nei Lopes	Drama, ação e aventura	Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais	Sim	Filmes de Walt Disney	
D	sim	Variado. Escuta rádio para saber o que os alunos estão escutando.	MPB, blues e samba	Belchior, Iza e Caetano Veloso	Filmes baseados em histórias reais, de Super heróis e Ação	Outro Preto e Ilha Bela. Não lembrou do terceiro.	Não	X	
O	sim	Streaming e acervo pessoal	Tambor de crioula, samba, música de religiões de matriz africana	Tincoãs, Orquestra Obaluê e seu grupo luguerê.	Documentário (citou O Povo Brasileiro), aventura e comédia.	São Paulo, Bélgica e Alemanha	Não	X	
R	sim	Streaming	Música de concerto e tudo o que é popular em reunião de família	Beethoven, Mozart e Brahms.	Filmes baseados em fatos reais	Toledo (Espanha), Chicago (EUA) e Litoral de SP.	Sim, mas muito pouco, talvez 3 vezes.	Xuxa, Os Trapalhões e, depois de adulto, foi ver Titanic.	

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

²² Informações disponíveis em ²² <https://pt.org.br/confira-as-universidades-e-institutos-federais-criados-pelo-pt/#:~:text=Os%20institutos%20federais%20tamb%C3%A9m%20tiveram,unidades%20por%20todo%20o%20pa%C3%ADs>. Acesso em 29/06/2023.

Como era de se esperar, todos os entrevistados ouvem música com frequência, e o principal meio para isso são os *streamings*.

O samba foi o gênero citado por todos, mas as citações de *jazz*, instrumental brasileira, MPB, *blues*, música de concerto, tambor de crioula e música de religiões de matriz africana indicam grande diversidade, fato que, do meu ponto de vista, aponta para certo refinamento auditivo, que, a julgar pelo percurso social e familiar dos entrevistados, não me parece óbvio que fossem chegar a esse ponto, sem alguma intervenção estatal ou privada com esse objetivo. Embora não me seja possível calcular em que medida, não há dúvidas de que o Programa Ribeirão Criança, na qualidade de aparelho de produção simbólica, em lugar reproduzir o “arbitrário cultural”, como foi previsto no início deste trabalho, ofereceu subsídios aos egressos entrevistados para a acumulação de capital cultural, que resultou na ressignificação do seu *habitus*.

(...) o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (CATANI, 2017, p. 214)

Não fosse o caso de o Programa Ribeirão Criança, ou mais precisamente os projetos Toque da Lata e Banda na Praça, por meio de seus agentes e conteúdos musicais, treinar a capacidade perceptiva de seus participantes e alterar sua “propensão” para pensar a música, isto é, estruturar um *habitus* musical ressignificado, não creio que pudesse constatar que seus egressos escutassem, com frequência, Beethoven, Mozart, Brahms, Moacir Santos, Nei Lopes, Milton Nascimento, Tincoãs, Belchior etc. Certamente, esses nomes de compositores e de cancionistas não são os mais tocados em *streamings*, muito menos em rádios, que, há muito tempo, têm sua programação definida por “jabás²³” das grandes gravadoras.

²³ Jabá, no jargão da indústria da música, é nome dado a vantagens oferecidas às rádios pelas grandes gravadoras para fazer com que seus produtos sejam privilegiados na programação diária.

Antes de as salas de cinema ficarem praticamente restritas ao interior de *shoppings* e os preços por sessão se tornarem tão caros (em 2002, variavam entre R\$ 18,00 e R\$ 48,88²⁴), levar as crianças para assistir a um filme era um passeio mais acessível às classes menos abastadas. Mesmo assim, **Débora** e **Orlando** declararam que nunca foram levados ao cinema quando eram crianças. **Rogério** disse que foi muito pouco, “talvez umas três vezes”, e apenas **Alípio** afirmou ter frequentado salas de cinema para assistir a filmes de Walt Disney.

Como já dito, o preço dos ingressos não era um grande impeditivo para que se frequentasse as salas de cinema. Mesmo assim, apenas **Alípio** teve acesso a esse espaço de produção simbólica. O acesso a salas de cinema também poderia ter interferido na construção do *habitus* musical dos entrevistados, afinal, filmes infantis e desenhos, em grande parte, tiveram sua trilha assinada por grandes músicos, como Stravinski.

Ao cotejar o período em que os entrevistados eram crianças com a atualidade, constatei que não tiveram grandes dificuldades em definir quais os gêneros de filmes mais assistidos por eles, na atualidade. Creio que a juventude dos quatro os leva a gostar de assistir a filmes de ação e aventura, porém, os filmes que têm como temática uma história real ganharam destaque. **Orlando** chega a citar o documentário “O Povo Brasileiro”, dirigido por Isa Grinspum Ferraz, baseado no livro homônimo de Darcy Ribeiro, como um de seus filmes favoritos.

De posse dessas informações, posso afirmar, mais uma vez, que houve uma ressignificação do *habitus* dos entrevistados, ressaltando que *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas.

Segundo a PNAD Contínua Turismo, divulgada pelo IBGE, em 2019, somente 20% das famílias brasileiras viajam, e o impeditivo principal para 48,9% dos que não viajam é a falta de dinheiro. A pesquisa considerou viagem

todo deslocamento de ida e volta feito por pelo menos uma pessoa do domicílio a um lugar fora de seu entorno habitual, fosse por motivos profissionais, religiosos, estudos, tratamento de saúde, consultas médicas ou lazer, incluídas as de curta duração, com saída e retorno no mesmo dia²⁵.

²⁴ Informações disponíveis em <http://www.filmeb.com.br/estatisticas> Acesso em 29/06/2023.

²⁵ Informações disponíveis em <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/agencia-estado/2020/08/12/brasileiros-nao-tem-dinheiro-para-viajar-ibge.htm> Acesso em 29/06/2023.

Portanto, na pesquisa mencionada, viagem diz respeito a deslocamento não só por prazer, mas por necessidade também. Sendo assim, com base na pesquisa, é possível afirmar que a 80% dos brasileiros têm cerceado, não só o direito ao lazer concernente a viagens, mas, a possibilidade de viajar para estudar, fazer um tratamento médico, visitar templos importantes da sua religião etc.

Mas esse não é o caso dos egressos do Programa Ribeirão Criança, que já tiveram a oportunidade, no Brasil, por lazer, e para o exterior, para estudar e mostrar a estrangeiros um pouco da cultura musical brasileira.

Alípio e Débora apontaram como destinos de que mais gostaram Bahia (Salvador), Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ouro Preto, entre outros destinos. Certamente, essa possibilidade é resultante da conjuntura brasileira de então, que facilitou o deslocamento dos brasileiros interna e externamente. Mas julgo importante ressaltar que os estados e as cidades citadas são notoriamente destinos de quem busca um lazer que proporcione, também, a aquisição de capital cultural, pois são destinos pródigos em produção histórica e simbólica.

Em relação a viagens, **Orlando e Rogério** alçaram voos que, em geral, não são permitidos a pessoas de sua classe, pois, de acordo com a PNAD de 2021, doze milhões de brasileiros realizaram viagens ao exterior, número que corresponde a aproximadamente 5% da população brasileira.

Orlando foi contemplado com bolsas do programa “*Ethno Mobility*”²⁶, por meio do qual viajou à Alemanha e à Bélgica, para intercambiar conhecimentos musicais. Logicamente, os destinos apontados por ele foram São Paulo, Bélgica e Alemanha.

Algo semelhante aconteceu com **Rogério**, que, por meio de um programa de bolsas não citado, viajou a Toledo (Espanha) e Chicago (EUA), para participar de aulas coletivas e pequenas apresentações. Seus destinos preferidos foram Espanha, EUA e Litoral de São Paulo.

Sem sombra de dúvidas, afirmo que, se não fosse seu capital cultural, ou mais precisamente, seu capital musical, ambos não teriam tido a oportunidade

²⁶ Informações disponíveis em <https://ethno.world/pt/ethno-mobility-one-of-the-worlds-largest-scholarship-programs/> Acesso em 29/06/2023.

de realizar viagens ao exterior, principalmente apenas para lazer. Não é incomum que músicos profissionais façam viagens por meio de bolsas de estudo ou a trabalho. Sendo assim, além de estudar e/ou trabalhar, músicos, por meio de viagens, acumulam certa porção de capital cultural e, assim, alimentam seu currículo, que também é um tipo de capital cultural certificado.

3.3 A experiência com o Programa Ribeirão Criança

Por fim, chega o momento no qual os próprios egressos emitem suas impressões acerca da experiência que tiveram durante a infância ou adolescência. Perguntei-lhes qual era a sua melhor lembrança do Programa Ribeirão Criança. As respostas foram as seguintes:

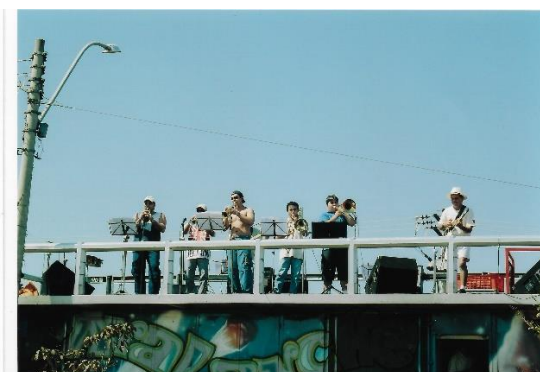
Alípio – Experimentar coisas diferentes da que eu experimentava. Para uma criança que ficava na periferia, poder conhecer outros lugares e experimentar atividades artísticas era muito bom. As viagens para clubes eram muito boas. E o Toque da Lata também.

Débora – Quando íamos para as aulas na Vila Tecnológica, era muito gostoso nos reunir com crianças de lugares diferentes. Nossa amizade dura até hoje. Viramos uma família. Não consigo viver sem eles.

Orlando – O que mais me marcou foi a metodologia utilizada, que levei para o meu trabalho na Secretaria de Assistência Social de São Luís. Lembro, também, da primeira apresentação do Toque da Lata, no Theatro Pedro II.

Rogério – O que me marcou mesmo foi o ensaio do Toque da Lata com o Banda na Praça. Uma experiência incrível.

Foto 6 – Projeto Banda na Praça



Fonte: Autor

Foto 7 – Projeto Banda na Praça



Fonte: Autor

Direta ou indiretamente, não é difícil perceber que a possibilidade de se relacionar com pessoas diferentes marcou a experiência de todos no Programa Ribeirão Criança, ao ponto de **Débora** afirmar que sua amizade com os egressos do Toque da Lata dura até hoje, “vimos uma família. Não consigo viver sem eles”.

O psicólogo cognitivo e educacional canadense Howard Gardner (Gardner, 1999) movimentou as teorias cognitivas quando desenvolveu sua Teoria das Inteligências Múltiplas, a saber, as inteligências lógico-matemática, linguística, espacial, interpessoal, intrapessoal, físico-cinestésica (esportiva), espacial, musical, intrapessoal e interpessoal.

Quando desenvolvemos a inteligência “interpessoal” de uma criança, ela aumenta sua capacidade de se comunicar, de compreender, de persuadir o outro, ou seja, de se relacionar socialmente. Portanto, as respostas dos egressos indicam que, além do capital cultural, o Programa Ribeirão Criança desenvolveu o capital social de seus integrantes, capital deveras importante para a vida social, afinal, o sujeito social invariavelmente depende de suas relações interpessoais.

Uma das principais definições de solidariedade é interdependência, portanto, ser solidário não é ser caridoso, mas consciente de nossa interdependência. Provavelmente, quando tivermos, de fato, a consciência de que vivemos numa rede de interdependência, isto é, de que o coletor de lixo, a empregada doméstica, o pedreiro e tantos outros profissionais desprestigiados socialmente dependem tanto do nosso dinheiro quanto nós dependemos de seu trabalho; dependem tanto da nossa oferta de emprego quanto nós dependemos da eficácia de seu trabalho; dependem tanto da nossa cordialidade quanto nós dependemos da sua gentileza, estaremos construindo um mundo solidário!

Consciente da interdependência humana e com a inteligência interpessoal desenvolvida, o sujeito estará mais apto a acumular capital social, que é justamente o capital que diz respeito às relações sociais, porém, este sendo considerado como recursos possuídos por uma pessoa, uma família, e constitutivas de uma rede. É *grosso modo* aquilo que chamamos na atualidade de *network*, entretanto, como já dito, não diz respeito só a trabalho.

A classe média e a elite econômica sabem muito bem o valor do capital social, pois costuma resolver pequenos problemas convocando a ajuda de amigos para arranjar um emprego para um filho, fazer uma consulta informal com

médicos e advogados, dentre muitas outras possibilidades, recurso ao qual as classes dominadas têm pouquíssimo acesso.

Além do desenvolvimento da inteligência interpessoal, duas respostas merecem destaque. A de **Orlando**, que afirmou ter levado a metodologia utilizada pelos oficineiros do Toque da Lata para o seu trabalho na Secretaria de Assistência Social de São Luís, e a de **Rogério** e de **Orlando**, que escolheram como melhores lembranças do Programa Ribeirão Criança uma apresentação do Toque da Lata, no Theatro Pedro II, acompanhado de banda profissional e um sexteto de metais, e o ensaio para o desfile de 7 de setembro no qual, aproximadamente, 500 integrantes do Toque da Lata desfilaram acompanhados de um trio elétrico com músicos profissionais tocando com os integrantes do projeto Banda na Praça.

3.4 Impacto do Programa Ribeirão Criança na vida profissional

Chegamos à última pergunta. Certamente a de maior valor para que possamos compreender com mais profundidade qual foi o impacto do Programa Ribeirão Criança na vida, principalmente a profissional, dos egressos entrevistados. A eles foi perguntado: Em termos profissionais, você avalia que o Programa Ribeirão Criança foi bom para você?

Alípio – Foi o pontapé inicial. Meus avós eram seresteiros. Tenho uma memória musical da minha família, que é muito grande. Mas foi o pontapé, no sentido de experimentar coisas novas em relação à música, como a percussão, o contato com a harmonia, com o violão, conhecer a fundo o samba, o contato com outros músicos, com o canto e diferentes gêneros musicais. Tudo isso me possibilitou vislumbrar uma carreira artística.

Débora – Demais. Hoje eu tenho um projeto social de skate para crianças de comunidade. O trabalho é bem harmonizado. Tudo o que eu aprendi eu passo pra eles: um cuidar do outro, sem palavrão, sem violência, com muito diálogo, assim como era no Toque da Lata. A gente esquece do mundo, do celular, e vivencia o momento.

Orlando – Foi tudo. Foi onde aprendi a lidar com pessoas e onde consegui identificar o meu potencial.

Rogério – Foi maravilhoso! Não tinha muita pretensão, mas, a partir do momento em que entrei no projeto, as possibilidades que surgiram na minha experiência de vida e musical determinaram o que eu sou hoje. Quando eu olho para trás, tenho poucos amigos, muitos morreram no crime e outros foram presos. Tenho o Zé Gustavo como meu pai de profissão. Fui resgatado dessa violência nefasta. O

Ribeirão Criança dividiu a minha vida no que eu poderia ter sido e o que eu sou hoje. Só tenho a agradecer a oportunidade de ter um laboratório na mão, quando ainda era adolescente. Tive a oportunidade de exercer meu espírito de liderança. Sou eternamente grato. Dois alunos daquela época se tornaram músicos profissionais.

As expressões que dão início às respostas trazem concentradas a noção dos egressos entrevistados em relação ao Programa Ribeirão Criança, ou mais precisamente, aos projetos Toque da Lata e Banda na Praça: “Foi o pontapé inicial”, “demais”, “foi tudo”, “foi maravilhoso”, disseram **Alípio**, **Débora**, **Orlando**, e **Rogério**, respectivamente.

Embora **Alípio** reconheça na sua família e nos seus ascendentes uma forte influência musical, destaca a importância do Toque da Lata no que concerne à formação musical. Em outras palavras, **Alípio** teve um capital cultural herdado que o possibilitou gostar de música brasileira, principalmente do samba. No entanto, seu *habitus* foi ressignificado no contato com um instrumento harmônico, com os estudos de harmonia, com a percussão, com a ampliação do seu repertório de samba, com o canto e com diferentes gêneros musicais, principalmente, acrescento, os trazidos e os desenvolvidos pelos negros, no Brasil. Tudo isso contribuiu para que pudesse acumular capital cultural. Atualmente, **Alípio** é fundador e líder de um importante coletivo de samba, em Ribeirão Preto. Como ele mesmo diz, tudo isso o possibilitou a vislumbrar uma carreira artística. E o que seria vislumbrar uma nova carreira senão a ressignificação de um *habitus*?

Em que pese ter participado do Toque da Lata, um projeto musical, **Débora** passou a se dedicar às artes visuais, como professora e artista. Ela destaca o capital cultural acumulado, no concernente ao desenvolvimento da inteligência interpessoal: “tudo o que aprendi eu passo pra eles, um cuidar do outro, sem palavrão, sem violência, com muito diálogo, como era no Toque da Lata”. Portanto, além de ter ressignificado seu *habitus*, passando de metalúrgica à professora de artes e artista, **Débora**, inspirada no Programa Ribeirão Criança, criou um projeto social no qual, por meio do ensino do domínio do skate, como ela mesmo afirma, desenvolve valores humanos e a inteligência interpessoal dos participantes.

Orlando foi conciso e preciso ao afirmar que “foi tudo”, pois, segundo ele, sua frequência às aulas do Toque da Lata o levou a desenvolver a inteligência

interpessoal e a identificar seu potencial de músico. Desse modo, **O** ressignificou seu *habitus* ao migrar da ajudância de marcenaria para o trabalho como músico e professor de música.

Rogério dá um depoimento emocionante afirmando que foi resgatado de um *habitus* baseado na violência e no crime: “(...) tenho poucos amigos, muitos morreram no crime e outros foram presos”. Apenas essa declaração, acredito, seria o suficiente para que eu pudesse afirmar que **Rogério** teve seu *habitus* ressignificado, entretanto, ele ainda destaca que, a partir do momento em que começou a participar do projeto Banda na Praça, do Programa Ribeirão Criança, as possibilidades que se lhe apresentaram foram determinantes para a configuração do sujeito social que é atualmente, sem dúvida, conseqüentemente, por sua mudança de posição do campo social e por sua inserção e manutenção no campo musical.

Quando afirma que teve a oportunidade de exercer seu espírito de liderança o faz porque, ainda adolescente, teve a oportunidade de conduzir uma banda marcial escolar, e arremata: “Sou eternamente grato”.

Todavia, a vida de artista, notadamente a de músico, nunca foi fácil. A clássica pergunta, que já virou anedota, ainda tem lugar nos dias de hoje: “Você é músico, mas trabalha com o quê?”. Quando perguntados qual seria o problema em ser músico ou artista visual no Brasil, as respostas foram recorrentes: i. Dificuldade para a formação devido à falta de escolas públicas de música e de artes; ii. A insuficiência dos “editais”, no que concerne à socialização das políticas de fomento; iii. Valor dos cachês referentes a trabalhos mais comuns, como tocar em bares; iv. Dificuldades inerentes à docência etc.

Considerações finais

Paul Valéry lançou o seguinte aforismo, em seus *Cahiers*, que aqui utilizo por meio do livro *Musicando a Semiótica*, de Luiz Tatit:

Noção dos atrasos.
O que (já) é não é (ainda) – eis a surpresa.
O que não é (ainda) (já) é – eis a espera.
(TATIT, 1998, p. 54).

Deslindado e expandido, o enunciado seria o seguinte. O objeto que será alcançado já está de posse do sujeito (já é), mas ele ainda não o sabe (não é ainda).

Imaginem uma festa surpresa para um sujeito aniversariante. Embora o objeto festa, para o sujeito aniversariante, não seja (ainda), ele já o é para os sujeitos que estão organizando a festa. Quando a festa acontece, o sujeito aniversariante tem a **surpresa**. Portanto, a festa já era, mas para ele não era ainda, pois não sabia da organização. Daí, a surpresa.

A oportunidade para que o sujeito entre em conjunção com o objeto ainda não surgiu (não é ainda), mas, ele reúne todas as condições para se conjungir com o objeto, portanto, (já é) basta aguardar (esperar) o momento certo.

O recorde dos 100m rasos no atletismo, atualmente é de 9,9s. Imaginem um atleta que, em seus treinos e em competições não oficiais, esteja alcançando a marca de 9,8s.

Como o velocista ainda não disputou uma competição oficial, para o Comitê Olímpico Internacional, o recorde “não é ainda”, mas, para o atleta, de acordo com o seu desempenho, o recorde é certo, portanto, “já é”, só lhe falta suportar a **espera** por uma competição oficial.

Fiz essa pequena, mas complexa, introdução para dizer que, em relação a este trabalho, desde sempre fui sujeito de espera. Tive poucas surpresas, pois acompanhava a trajetória dos entrevistados pelas redes sociais.

Todavia, sabemos que os sujeitos sociais constroem *ethos* específicos para as redes sociais. Sendo assim, os registros fílmicos, fotográficos e verbais não são garantias de estarmos em contato com a realidade social dos “amigos virtuais”.

Logo que entrei em contato com a obra de Pierre Bourdieu, chamou-me a atenção o fato de ele ter migrado da filosofia para a sociologia, pois não queria apenas formular ideias, mas, comprová-las de modo empírico. Portanto, mesmo intuindo fortemente que a participação dos egressos entrevistados no Programa Ribeirão Criança teria possibilitado a ressignificação de seu *habitus*, logo compreendi que só teria certeza disso após entrevistá-los e analisar suas trajetórias sociais.

Estou ciente de que entrevistar apenas quatro, dos milhares de adolescentes e crianças participantes dos projetos musicais do Programa Ribeirão Criança, não me permite generalizar os resultados. Porém, de acordo com as informações levantadas nas entrevistas, posso afirmar que estamos diante de um forte indício de que as atividades artísticas - notadamente, as musicais - realizadas no Ribeirão Criança foram fundamentais para a ressignificação não só do *habitus* dos entrevistados, mas, também, de muitos outros egressos do Programa.

Optei por ir apontando, a cada bloco de perguntas analisado, os índices de mobilidade social, de construção do bem-estar, enfim, da ressignificação do *habitus* dos egressos entrevistados. Sendo assim, resta-me pouco a concluir.

Como consta do projeto inicial, meu objetivo principal era “Investigar se o estabelecimento de uma política pública que busca ampliar o acesso ao capital cultural implica a possibilidade ou a probabilidade de ruptura das condições estruturais e o surgimento de condições que propiciem a mobilidade social por meio da mudança do *habitus*”.

Nesse ponto da pesquisa, posso afirmar que o *habitus* é relativo e mutável, pois, já vimos que ele é manifestado por meio de preferências e práticas, que exprimem posições e classes. No caso em questão, não é difícil constatar a mudança de práticas e preferências de nossos entrevistados, no que concerne à audição de músicas e de canções, viagens, artistas preferidos etc. Se, como afirma Bourdieu, o *habitus* é manifestado por meio de preferências e práticas, não resta dúvidas de que houve uma mudança significativa no *habitus* dos egressos entrevistados, afinal, segundo o Vocabulário Bourdieu, amplamente utilizado na presente dissertação, o *habitus*

(...) é transferível para vários domínios de prática, o que explica a coerência que se verifica, por exemplo, entre vários domínios de consumo - música, desporto, alimentação, mobília e, também, nas escolhas políticas e matrimoniais - no interior e entre indivíduos da mesma classe e que fundamenta os distintos estilos de vida (CATANI, 2017, p. 214-215).

Vimos que as duas edições do Programa Ribeirão Criança aconteceram sob um governo petista, isto é, sob o governo de um partido que almeja o fim das desigualdades sociais, e não somente aplacar a imerecida pobreza.

Como já havia afirmado, a concepção de justiça social escolhida por essas administrações foi a espessa, de acordo com a classificação da economista Celia Lessa Kerstenetzky, pois optaram pela focalização e pela universalização como políticas complementares e alternativas. Do meu ponto de vista, não resta dúvida de que a concepção de justiça social escolhida foi a distributiva.

Mesmo que não seja mencionado em nenhum documento do Programa Ribeirão Criança a ideia de capital cultural, estou certo de que, intuitivamente, um dos seus principais objetivos foi a luta contra a violência simbólica, em contraposição aos programas que visam somente à capacitação profissional de jovens das classes dominadas, isto é, somente à preparação de mão de obra barata, pois não há dúvidas de que o apelo econômico é hegemônico na sociedade.

Minha hipótese fundamental era de que o contato com o fazer artístico, conseqüentemente, a ampliação do capital cultural dos alunos que frequentaram o Programa Ribeirão Criança, notadamente o projeto Toque da Lata, foram responsáveis, se não totalmente, em grande parcela, pela mobilidade social e a ampliação do bem-estar desses alunos.

Quando os entrevistados responderam que, em relação à sua formação profissional, o Programa Ribeirão Criança teria sido: “o pontapé inicial”, “demais”, “tudo”, “maravilhoso”, depois de eu ter constatado que todos faziam parte de uma “elite econômica”, dado que tinham renda maior do que 70% dos profissionais brasileiros com carteira assinada, constatei que minha intuição estava no caminho certo, pois, todos também informaram que seus avós não tiveram a oportunidade de ir à escola, para que pudessem ter posse de um capital cultural certificado que lhes propiciasse alguma mobilidade social, e que seus pais, salvo a mãe de **Alípio**, tiveram, quando muito, acesso a um curso técnico, de nível

médio. No entanto, todos também terão, em breve, alcançado provavelmente o capital cultural certificado provavelmente mais cobiçado por toda a sociedade, a saber, o diploma de nível superior.

Sendo assim, ao final deste trabalho, sinto-me seguro para afirmar que, sim, a política pública implementada pela Prefeitura de Ribeirão Preto, por meio do Programa Ribeirão Criança, ampliou o capital cultural dos egressos entrevistados e, com isso, proporcionou-lhes a ruptura de sua condição estrutural e, conseqüentemente, a mobilidade social de todos, por meio da mudança de *habitus*.

Portanto, há um caminho aberto para que se aprofunde tal pesquisa e, assim, possamos investigar se tal mudança ocorreu tão-somente na trajetória de **Alípio, Débora, Orlando e Rogério** ou se é possível ter certeza de que a acumulação de capital cultural, também no Brasil hodierno, proporciona às classes dominadas a possibilidade de mobilidade social e, conseqüentemente, uma vida sob a égide do bem-estar social. Minha intuição diz que sim.

Referências Bibliográficas

Alencastro, Luiz Felipe de. Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal.

<https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/>

ALMEIDA, Silvio Luiz de. "Introdução" e "Raça e história". In: _____. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020, (Feminismos Plurais) p. 20- 57.

BELCHIOR, Miriam. A Aplicação de Planejamento Estratégico Situacional em Governos Locais: Possibilidades e Limites - Os Casos de Santo André e São José dos Campos. Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação da FGV-EAESP, São Paulo, mimeo, 1999.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, PERSPECTIVA 2011.

- *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo, EDUSP, 2008.

- "*A conquista da autonomia. A fase crítica da emergência do campo*". In: "As Regras da Arte – gêneros e estrutura do campo literário". São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 63.

- *Coisas ditas*, São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.

- "Posições e disposições". In: "As Regras da Arte – gêneros e estrutura do campo literário". São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 105.

- *Espaço Social e Poder Simbólico*. In: *Coisas Ditas*, São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 149-169.

- *O poder simbólico*. In: *Coisas Ditas*, São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 9.

BUTLER, Judith. "Sujeitos do gênero/sexo/desejo". In: _____. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, J. A. (2012) Política social e desenvolvimento no Brasil. In: *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 4, dez. 2012

CATANI, A. M. *et alii Vocabulário Bourdieu*, Autêntica Editora, São Paulo, 2017.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social: Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp*. Campinas, n.19, primeiro semestre de 2010. (Dossiê Racismo: História e Historiografia). (p. 33-62). Disponível em <

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>>. Consultado em: 01.06.2021.

FILHO, Antônio Palocci *et alii*. *A Imaginação à Serviço do Brasil: programa de políticas públicas de cultura*. Fundação Perseu Abramo, 2001.

GARDNER, Howard. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Artes Médicas. Porto Alegre: 1994.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro como ator político. In: ____O movimento negro educador - saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 21-39.

GONDIM, Janedalva Pontes. *Capital Cultural e Ensino de Arte: formação, concepções estéticas e práticas de consumo cultural*, CRV, 2017.

GIOVANNI, G. (2009) As estruturas elementares das políticas públicas Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>

HOLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNOLD LARA, Sílvia. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: Ferlini, Vera. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21 a 38.

HOOKS, Bell. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, Brasília, jan-abril 2015, p. 193-210.

KERSTENETZKY, C. L. (2006) Políticas Sociais: focalização ou universalização? In: *Revista de Economia Política*, vol. 26, no 4 (104), pp. 564-574, outubro dezembro/2006.

KLIKSBERG, B. (2014) Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo (SP). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/miolo-Kliksberg-final.pdf>

LARA, Silvia H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: Vera Ferlini. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

- LOPES, Edward. Fundamentos da Linguística Contemporânea. São Paulo, Cultrix.
- LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 22, v. 3, set-dez 2014, p. 935-952.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley et alii. *Capital Cultural*. (<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capcul.html>), 2009.
- OLIVEIRA, Fabiana Lopes de. *Avaliação do desempenho estrutural de sistemas construtivos inovadores*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos (UFSCar), 1996.
- PIKETTY, Thomas. (2021) A receita de Piketty para vencer a desigualdade. Le Monde.
- SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. Anuário Antropológico, V. 18, n.1, p.175-203, 2 fev. 2018.
- SOARES, Inês Virgínia Prado e CUREAU, Sandra orgs. *Bens Culturais e Direitos Humanos*, Edições SESC, 2019.
- SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso – da escravidão à Lava Jato*. Leya, 2017.
- *A Classe Média no Espelho – sua história, seus sonhos, sua realidade*. Estação Brasil, 2018.
- TATIT, Luiz. *Musicando a Semiótica*. São Paulo, ANNABLUME, 1997.